

A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação

BRASÍLIA, 2015



Ministério do
Meio Ambiente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Rousseff

Vice-Presidente: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra: Izabella Teixeira

Secretário Executivo: Francisco Gaetani

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL

Secretária: Regina Helena Crespo Gualda

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diretora: Renata Rozendo Maranhão

Gerente: Nadja Janke

Equipe Técnica

Patrícia Fernandes Barbosa

Taiana Brito Nascimento

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente: Cláudio Maretti

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Diretor: Renato José Rivaben de Sales

Coordenação de Educação Ambiental

Coordenador Geral: Paulo Roberto Russo

Coordenadora: Karina Jorge Dino

Equipe Técnica

Iaci Szajmweld de Menezes (Iaiá Floresta)

SOLAR CONSULTORIA

Diretor / Gerente de Projeto: João de Jesus da Costa

Diretora: Mariana Barbosa Barreiros Rubinello

Coordenador: Luiz Fernando Ferreira

Equipe Técnica

Debora Menezes

Vivian Battaini

Lia Chaer

Isabela Kojin Peres

Tereza Moreira

Mara Vanessa Dutra

Organização

Tereza Moreira e Luiz Fernando Ferreira

Textos e edição

Mara Vanessa Dutra e Tereza Moreira

Projeto Gráfico

Grande Circular

Revisão

Clara Miranda

Colaboradores

Daniel de Miranda Pinto de Castro

Nilo Sérgio de Melo Diniz

**Este produto foi realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/
IICA/09/005 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EEN – Ministério do Meio Ambiente**

Apresentação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹ caracteriza Unidade de Conservação (UC) como o espaço territorial legalmente definido e seus recursos ambientais, dotado de atributos naturais relevantes, instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação (SNUC, 2000). Ao incorporar a participação popular na criação, implementação e gestão dessas áreas e ao legitimar a presença das populações tradicionais em categorias específicas de UC, reiterando a importância da educação ambiental, o SNUC propõe avanços na legislação anterior sobre áreas protegidas.

1. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Mesmo assim, a política de conservação, por meio da criação e gestão das UCs no Brasil, enfrenta diversos desafios. Dentre estes merecem destaque os conflitos em torno do uso dos recursos naturais e das sobreposições territoriais; os problemas fundiários; a resistência de populações locais, de setores econômicos e políticos à presença e à expansão de áreas protegidas; deficiências na articulação institucional para que estas sejam implementadas e geridas de forma eficaz; insuficiência numérica e de formação de servidores; ausência de plano de manejo, entre outros. Soma-se a estes desafios, a significativa incompreensão sobre a relação entre conservação da sociobiodiversidade e qualidade ambiental e de vida das populações rurais e urbanas, a conservação das águas, do clima e das condições favoráveis à segurança alimentar.

Parte desses desafios pode e deve ser enfrentada com a gestão participativa da UC. Mas a pedra de toque desse enfrentamento é a expansão da educação ambiental e da comunicação social como estratégias de aprimoramento da gestão e de fortalecimento da política. Ambas facilitam o acesso a informações e a construção de conhecimentos capazes de promover e qualificar a participação da sociedade, em especial de seus segmentos menos favorecidos, na gestão das áreas protegidas.

A implementação da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), para a qual este conjunto de cadernos pretende contribuir, é parte relevante desses esforços. O cerne da ENCEA está nos processos inclusivos e de fortalecimento da cidadania, pro-

porcionados por espaços e meios de educação, comunicação e participação que desencadeiam a tomada de decisão de forma democrática, envolvendo todos os atores interessados na gestão da biodiversidade.

A proposta é que tais meios e espaços sejam criados e/ou fortalecidos em todas as etapas pertinentes à existência de uma UC: a criação, a implementação e a gestão. E, sobretudo, que consolidem mecanismos criados para a proteção da sociobiodiversidade, como os Corredores Ecológicos e Mosaicos de UC, em seus entornos e zonas de amortecimento.

Esse conjunto de cadernos se destina a formuladores e executores das políticas governamentais relacionadas a UCs em âmbitos federal, estadual e municipal, sejam gestores públicos, sejam integrantes de organizações da sociedade civil, públicas e privadas, nacionais ou internacionais, integrantes de Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC, integrantes de redes, fóruns, comitês e conselhos que atuam com a temática.

Tal como propõe a ENCEA em seus princípios, a articulação em rede, o diálogo e a interatividade constituem elementos fundamentais para o fortalecimento do SNUC e para o alcance dos objetivos de longo prazo em torno da conservação da sociobiodiversidade, tanto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela criação de políticas públicas, quanto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que além de executor é o principal articulador dessas políticas nos territórios.

A política pública de conservação dos biomas, da fauna e da flora associadas, e das populações responsáveis, em grande parte, por sua permanência e enriquecimento biológico, é oportunidade e necessidade histórica a ser reconhecida, defendida e empoderada. Pode ser inspiração a um novo paradigma da relação homem, mulher, natureza, nossa fonte da vida.

Ministério do Meio Ambiente

**Instituto Chico Mendes
de Conservação da
Biodiversidade**

Sumário

Introdução ao tema	6
Objetivos de aprendizagem	7
1. O enfoque participativo e a defesa da sociobiodiversidade	9
2. A comunicação e a educação ambiental no fomento da participação	23
3. Experiências que revigoram a necessidade de participação	37
4. Critérios para avaliar o fomento à participação	51
Referências	60

Introdução ao tema

O ATO PEDAGÓGICO DE ESTIMULAR PARTICIPAÇÃO



A decisão de estabelecer áreas protegidas é historicamente muito recente. O Parque Nacional de Itatiaia, primeira unidade de conservação brasileira, foi criado em 1937, ou seja, há menos de um século. A intenção original era preservar locais de notável beleza cênica ou com atributos ambientais sob risco de degradação com finalidades de lazer e pesquisa científica. O objetivo de preservar amostras representativas dos ecossistemas passou a ser mais enfatizado somente após a década de 1960 e intensificou-se com o estabelecimento da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 1992, e a criação da Lei 9985/2000, que instituiu o SNUC.

A decisão sobre criação de áreas protegidas na maioria das vezes parte do meio científico e recebe respaldo dos órgãos ambientais nas diversas esferas federativas, posteriormente referendada por atos do poder legislativo. O crescimento do número de UCs (e da extensão dessas áreas), bem como o reconhecimento de que em seu interior e entorno em geral vivem populações que se beneficiam dos seus recursos naturais, mostrou a necessidade de envolver novos atores sociais na definição de onde, como e por que criar novas áreas protegidas.

Com isso, a participação social no estabelecimento, implementação e gestão de UC tornou-se um imperativo, sobretudo, com a legislação que prevê instrumentos para o exercício de gestão compartilhada entre Estado e sociedade na gestão ambiental. Dentre estes instrumentos destacam-se o Plano de Manejo e o Conselho. Necessários à implementação e à gestão da UC, é fundamental que estes sejam concebidos e periodicamente revisados de forma a expressarem a diversidade de forças sociais presentes e atuantes na UC e em seu entorno.

Com estes instrumentos é possível garantir ações fundamentais para o cumprimento dos objetivos da UC, como o monitoramento participativo, possibilitando o diálogo entre os saberes tradicionais e acadêmicos. É possível criar as condições necessárias para a assinatura de termos de compromisso, em que as populações tradicionais no interior e entorno de unidades conservação e o poder público estabelecem normas para compatibilizar os usos

do território e dos recursos naturais enquanto não se resolvem questões referentes à regularização fundiária.

O exercício de participação não é, porém, um dado automático para os diversos segmentos sociais relacionados à UC. Existem assimetrias de poder, de informação e de conhecimento entre os atores sociais que necessitam intervenção do poder público caso se queira garantir a equidade em sua participação. Nesse sentido, a Educação Ambiental e a Comunicação desempenham papel estratégico. Por meio de ações articuladas e de caráter continuado dessas duas áreas, o que demanda sua formalização no Plano de Manejo, é possível aprimorar a implementação e a gestão participativa da UC.

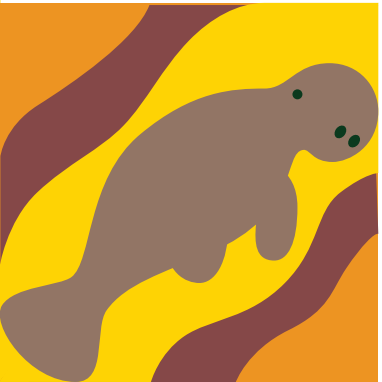
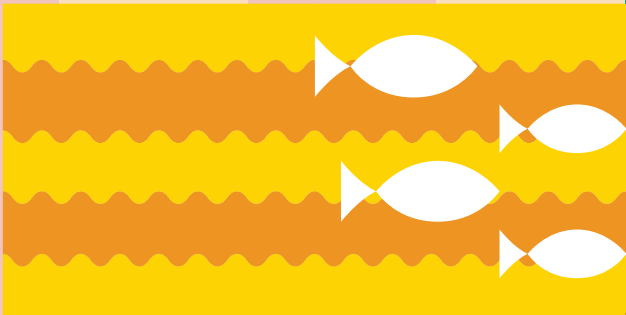
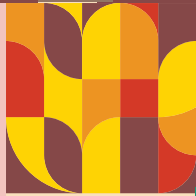
Objetivos de aprendizagem

O conjunto de publicações do qual este caderno faz parte tem a finalidade de contribuir para a compreensão do papel da educação ambiental e da comunicação na gestão pública da sociobiodiversidade e das unidades de conservação.

Neste caderno, especificamente, pretende-se ampliar a compreensão sobre:

- Diferentes concepções de participação social e que participação pretende-se estimular no âmbito da gestão ambiental pública.
- O papel da participação social na implementação de UC e na conservação da biodiversidade.
- O papel da educação ambiental como elemento impulsionador da participação social e para qualificar instrumentos de gestão e da conservação da biodiversidade, como os Planos de Manejo e os Conselhos de UC.
- Compreender a importância da educação ambiental e da comunicação como ações permanentes e articuladas no Plano de Manejo e no Conselho.

Este caderno apresenta conceitos e experiências concretas de UCs, levanta temas para o debate e oferece subsídios para reflexão, planejamento, realização, registro e avaliação de ações de comunicação e de educação ambiental, visando reforçar a participação dos atores sociais.



1. O enfoque participativo e a defesa da sociobiodiversidade

REDEMOCRATIZANDO AS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA



O processo de redemocratização do Brasil teve profundos impactos nas políticas de conservação da biodiversidade. O artigo 225 da Constituição Federal representou o marco de uma nova mentalidade ao atribuir ao poder público e à coletividade o dever compartilhado de preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Com isso, abriu-se um campo de possibilidades para a participação popular na gestão ambiental pública.

Desde então, a Lei nº. 9.985/2000, que estabelece o SNUC, e o Decreto nº. 4.340/2002, que define normas para unidades de conservação, passaram a considerar a participação como elemento fundamental na criação, implementação e gestão de UC. Além disso, abriram a possibilidade de se criar novas modalidades de áreas protegidas que permitem a presença de grupos originalmente residentes, por meio de unidades de conservação de uso sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX) entre outras, e de se compartilhar com proprietários rurais a conservação de áreas particulares, como, por exemplo, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Diversos instrumentos de gestão também passaram a não apenas prevenir, mas a promover a participação dos diversos segmentos sociais. Com o tempo, iniciativas bem-sucedidas de gestão participativa têm consolidado a percepção de que esta contribui para que as unidades atinjam seus objetivos, aprimorando tanto os aspectos administrativos quanto a conservação da biodiversidade.

Sabe-se, no entanto, quão incipiente é o envolvimento de populações locais nas decisões públicas. Conforme MMA (2011), “a sociedade, em particular sua parcela mais desfavorecida economicamente, não está acostumada à participação em conselhos ou demais fóruns de representação popular”. A participação social, portanto, requer estímulo e aprendizagem constante para que a população possa influir nas decisões de forma a garantir maior qualidade ambiental.



De que participação estamos falando?

2. Veja o conceito de Educação Ambiental Crítica no caderno 1.

Para Quintas (2008), o termo participação possui diversos sentidos, tendo se tornado jargão para a maioria das iniciativas governamentais. Muitas vezes, isso “significa na prática, ‘adesão ou aceitação’ da comunidade a proposta previamente elaborada” por meio de estratégias de convencimento. No contexto da Educação Ambiental Crítica¹, no entanto, a participação “ocorre quando a população contribui, influi e usufrui, de forma mais efetiva e direta, na construção e transformação de sua realidade, através de ações organizadas” (IBAMA, 1997).

A parceria entre poder público e sociedade requer, portanto, a conquista de conhecimentos e habilidades específicos para o fomento da participação. E isso se aplica aos diversos atores sociais, considerando tanto os agentes do Estado, quanto os distintos segmentos da sociedade civil. Afinal, não é tão simples definir objetivos comuns, trabalhar em torno de metas coletivamente pactuadas e de ações compartilhadas, sobretudo em um contexto de profundas assimetrias sociais e de conflitos ambientais, como ocorre no Brasil.

Para Quintas (2008), “as pessoas não nascem participativas, como nascem respirando. Ser participativo não é uma conduta social automática dos indivíduos. É algo que se aprende somente na prática e sob certas condições”. Para isso, é necessário mobilizar um conjunto de recursos materiais e cognitivos de organização.

3. Este tema recebe tratamento especial no caderno 4.

Considerando a heterogeneidade dos grupos sociais e seus interesses e valores, percebe-se por que a gestão ambiental pública quase sempre implica em situações potencialmente e, em alguns casos, claramente conflituosas². Compete ao poder público, portanto, um papel mediador de interesses, convertendo o que seria uma mediação meramente técnica em uma atuação política.

Em sua função mediadora, cabe aos agentes do Estado, segundo Quintas (2008), diferenciar o interesse público do privado. Por força do dispositivo constitucional e dentro dos limites impostos pelas leis, cabe a esses agentes fazerem prevalecer os interesses coletivos. Para isso, dispõem de recursos inter-relacionados e complementares: de um lado, um elenco de ações de comando e controle dos processos de destinação dos bens naturais na sociedade, e de outro, a promoção de processos educativos com diferentes grupos sociais.

Em sociedades com grandes assimetrias sociais, o exercício da participação esbarra em limitações especialmente vividas por aqueles atores sociais menos favorecidos em termos de classe social, nível de escolaridade, acesso a informação e capacidade organizativa. Muitas vezes, estes são os mais impactados negativamente por atos do Poder Público, em especial quanto à criação de UC. Por não reunirem as capacidades necessárias para intervir de modo qualificado no processo, dificilmente conseguem defender seus interesses e necessidades sem contar com apoio para isso.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ATORES INVISÍVEIS DA CONSERVAÇÃO

Uma das principais assimetrias entre atores sociais em relação às UCs refere-se à correlação de forças entre populações urbanas e rurais. Diegues (2000), ao discorrer sobre o mito moderno da natureza intocada, relembra as raízes da criação de unidades de conservação no Brasil. Originalmente, o modelo adotado por aqui foi o dos Parques Nacionais norte-americanos. Criados fundamentalmente para a recreação, educação ambiental e pesquisa, essas UCs refletiam um ideário de relação ser humano-natureza marcado pelo mito dos “paraísos naturais intocados, à semelhança do Éden”.

Durante décadas, as UCs foram criadas como se situassem em vazios demográficos. Sequer se cogitava concebê-las como locais originalmente habitados por grupos sociais que, geração após geração, haviam estabelecido relações de convívio com os ecossistemas sem causar alterações profundas em sua dinâmica. Segundo Diegues, esses atores sociais permaneceram invisíveis até muito recentemente. Tanto que a maioria dos planos de manejo desconsiderava a sua existência. A solução normalmente utilizada era deslocar esses contingentes populacionais para outros espaços, sem consulta e sem considerar a sua importância para a conservação e a manutenção da diversidade biológica.

A situação começou a mudar a partir do IV Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992. Naquele evento, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) apresentou um estudo no qual mencionava que 86% dos parques da América do Sul possuíam populações permanentes e que essas populações rejeitavam a estratégia de reassentamento em outras áreas. A partir daí iniciou-se um questionamento ético sobre o afastamento forçado de populações tradicionais em benefício de uma conservação ambiental que favorecia, sobretudo, visitantes urbanos, que usam os parques para passear e se divertir.

A percepção da injustiça ambiental a que estavam submetidas “populações em sua grande maioria iletradas, geograficamente isoladas, sem poder político”, mas que por séculos e por seu modo de vida, são responsáveis pela conservação do chamado ‘mundo natural’ levou, no Brasil, à criação de UCs de uso sustentável, como as RESEX. Tal mudança de mentalidade nas políticas de conservação deve-se, em grande parte, às reivindicações das populações tradicionais, tornadas visíveis pelo ativismo de Chico Mendes contra o desmatamento da Amazônia.

Essa realidade descrita por Diegues já se alterou significativamente no Brasil. Em 2014, com exceção do Pantanal, em todos os demais biomas o total de áreas protegidas por meio de UC de uso sustentável supera em muito as de proteção integral, conforme tabela a seguir.

ÁREA PROTEGIDA (EM KM²)	AMAZÔNIA	CAATINGA	CERRADO	MATA ATLÂNTICA	PAMPA	PANTANAL	ÁREA CONTINENTAL	ÁREA MARINHA
UC DE PROTEÇÃO INTEGRAL (PI)	417.569	9.849	62.635	28.216	614	4.404	523.287	4.738
UC DE USO SUSTENTÁVEL (US)	718.735	53.578	111.971	82.433	4.249	2.544	973.510	49.320
TOTAL PI+US	1.136.305	63.428	174.606	110.648	4.863	6.947	1.496.797	54.057

Vale frisar que a mentalidade de fomento à participação nos destinos das UCs, tanto as de uso sustentável quanto as de proteção integral, foi grandemente impulsionada pela Lei 9.985/2000, que em diversos de seus artigos prevê possibilidades de interferência dos distintos atores sociais nas políticas públicas de conservação.

Instrumentos de implementação da UC e enfoque participativo

No âmbito do SNUC, a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) reforça a necessidade do enfoque participativo na implantação de unidades de conservação, na qual as principais fases são:

- Elaboração de Plano de Manejo;
- Criação e implementação de Conselho, que, dependendo da categoria de UC, pode ser consultivo ou deliberativo.

Existem, porém, outros instrumentos que têm se mostrado muito importantes na implementação das UCs, em especial para dar resposta a potenciais conflitos com a população local, como os acordos de gestão, o termo de compromisso e o monitoramento participativo da biodiversidade.

PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE

Desde a implementação do SNUC, o papel da sociedade civil tem sido crescente na criação, implementação e gestão de UC. O terceiro setor é visto como parceiro capaz de gerar arranjos sociais locais efetivos para o apoio às UCs, em áreas como: (1) mobilização de atores sociais; (2) participação nos conselhos; (3) suporte à gestão de recursos (elaboração do plano de manejo, plano de uso público e proteção); (4) gerenciamento de programas; (5) suporte técnico-científico no manejo da conservação e pesquisa científica; (6) estabelecimento de pontes entre a academia e a gestão pública; (7) articulação de redes técnico-científicas, ou até mesmo na gestão compartilhada de unidades de conservação por meio das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Esse apoio está, no entanto, muito vinculado a instituições suficientemente esclarecidas e organizadas. Embora tenham se tornado mais visíveis, as populações em maior vulnerabilidade social ainda enfrentam dificuldades de participação nos processos de decisão envolvendo os destinos da Unidade. Além do alto grau de isolamento e da baixa escolaridade há, segundo Layrargues (2002), fatores que limitam a capacidade dessas populações, como, por exemplo, a insuficiente capacidade organizativa devido à dificuldade de constituírem formas coletivas de reivindicação e defesa de seus direitos.

Instrumentos de implementação participativa de UC



O QUE É?



PARA QUE SERVE?

	O QUE É?	PARA QUE SERVE?
Plano de Manejo	Documento técnico de enfoque multidisciplinar, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social, que apresenta os objetivos da UC, estabelece o zoneamento e as normas para o uso da área.	Define restrições de uso, manejo dos recursos naturais e culturais da UC e do seu entorno imediato, como zonas de amortecimento e corredores ecológicos. Pode incluir também a implantação de estruturas físicas, visando garantir processos ecológicos e minimizar impactos negativos.
Conselho	Mecanismo previsto na Lei 9985/2000 e regulamentado pela Instrução Normativa 09/2014, do ICMBio, tem a função de auxiliar a chefia da UC na gestão da Unidade, integrando-a às demais áreas protegidas e ao seu entorno, e aproximando as ações realizadas da população diretamente relacionada.	Suas atribuições são criar, acompanhar e fazer a revisão do Plano de Manejo; criar o seu próprio regimento interno; realizar controle social e prestação de contas à sociedade sobre as atividades realizadas na UC. Possui caráter consultivo ou deliberativo, dependendo do tipo de UC.
Acordo de Gestão	Documento que contém as regras construídas pelo Instituto Chico Mendes juntamente com a população tradicional residente nas UCs de uso sustentável sobre o manejo dos recursos naturais na UC.	Define as atividades que são tradicionalmente praticadas, bem como o uso e ocupação da área, buscando formas de conciliar essas atividades com os objetivos de conservação para os quais a UC foi criada.
Termo de Compromisso	Mecanismo jurídico firmado entre o ICMBio e populações tradicionais voltado a pactuar transitoriamente formas de garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos atores sociais envolvidos. Isso ocorre quando a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.	Estabelece regras para o uso de recursos naturais dentro da UC pelas populações tradicionais residentes em UCs onde sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão vigentes. A iniciativa visa assegurar a subsistência dessas comunidades sem prejuízo da conservação dos recursos naturais enquanto não se define a situação fundiária da UC.
Monitoramento participativo da biodiversidade	Compartilhamento do processo de observação, medição e diagnóstico da qualidade ambiental entre pesquisadores e população local.	O objetivo é conseguir o envolvimento local nessas iniciativas, incentivando a corresponsabilidade na proteção das UCs, reduzindo conflitos e ajudando a combater atividades ilegais no interior das UCs.



COMO SE FAZ?



SITUAÇÃO ATUAL

Plano de Manejo	Deve ser elaborado por diferentes segmentos da sociedade em, no máximo, cinco anos após a criação da UC. Precisa ser revisto e atualizado periodicamente. Roteiros metodológicos de planejamento para UC de diferentes categorias podem ser acessados no site do ICMBio.	Das 320 UCs federais existentes em 2015, menos da metade (146) possuem planos de manejo. Dentre estes, alguns permanecem desatualizados. Não existem dados consistentes sobre quantidade de planos de manejo de UCs estaduais e municipais.
Conselho	Deve ser composto por representantes de órgãos públicos tanto da área ambiental quanto de áreas afins, organizações da sociedade civil, comunidade científica, população residente e do entorno, entre outras, por meio de sensibilização e mobilização prévia.	Somente após a Lei do SNUC que eles passaram a ser obrigatórios na gestão de uma unidade de conservação. Segundo dados do ICMBio, até fevereiro de 2015, das 320 Unidades de Conservação federais, 265 possuíam Conselhos formados.
Acordo de Gestão	As normas para a realização do Acordo de Gestão estão definidas na Instrução Normativa IN 29/2012, do ICMBio	Segundo dados do site do ICMBio, em 2015 existem acordos de gestão firmados com oito RESEX.
Termo de Compromisso	O termo de compromisso é pactuado coletivamente e cada família assina termos de adesão, o que permite a individualização do controle necessário à execução das obrigações assumidas e eventual adoção de providências em caso de descumprimento.	Instituído em 2012, até 2015 esse instrumento havia sido firmado em apenas sete UCs. Na esfera federal há divergências de entendimento quanto à sua implementação, o que tem gerado dificuldades de consolidação desse importante instrumento de gestão das interfaces territoriais entre unidades de conservação e territórios tradicionais
Monitoramento participativo da biodiversidade	Favorece o engajamento das populações locais na conservação da biodiversidade, articulando o seu conhecimento sobre os ecossistemas com os quais interagem cotidianamente com o conhecimento acadêmico.	Até maio de 2015 apenas sete UC desenvolvem essas atividades, todas se situadas no bioma Amazônia.

Limites para efetividade de instrumentos e instâncias participativas

Existem empecilhos de diversas ordens que dificultam a participação efetiva das populações locais nos diversos instrumentos existentes de implementação participativa de UC. Identificando lições aprendidas sobre processos participativos em UC, Neiva e colaboradores (2013) apontaram os seguintes fatores limitantes:

- A cultura organizacional vigente nos órgãos ambientais, fortemente hierarquizada, dificulta processos participativos.
- Há fraca internalização quanto ao papel do Estado e dos agentes públicos em processos de implementação participativa de UC.
- Os servidores públicos não possuem suficiente capacitação para conduzir processos participativos.
- São poucas as UC que realizam planejamento estratégico participativo como ação permanente e cuja importância é vista como algo que vai além das exigências legais.

Tais características têm reflexo na forma como instrumentos fundamentais tanto para a implementação como para a gestão da UC, como o Plano de Manejo e o Conselho, são compreendidos. Alguns autores³ pontuam os resultados dessa situação.

4. Layrargues (2002), Loureiro (2008), Quintas (2000).

No caso dos planos de manejo:

- Ainda é produzido para atender a exigências burocráticas, não como instrumento de planejamento. Por isso, grande parte dos planos existentes permanece desatualizado.
- Há excessiva sofisticação desse documento, cuja elaboração tornou-se objeto do trabalho de especialistas. O produto final quase sempre permanece intraduzível para a população local.

No caso dos conselhos:

- Há desequilíbrio de forças entre os diferentes atores envolvidos, privilegiando a participação dos segmentos da população mais esclarecidos e gerando baixa representatividade de alguns atores sociais, como os das populações tradicionais residentes no interior e no entorno da UC.
- É de fundamental importância a capacitação dos conselheiros quanto à natureza, funcionamento e limites de competência legal dos conselhos.
- É necessário o fortalecimento dos processos de interação com outros

conselhos de políticas correlatas (como por exemplo, comitês de bacia) existentes no território, para que não ocorra o isolamento e enfraquecimento das ações da UC.

- A falta de regularidade nas reuniões e a escassez de recursos financeiros para viabilizar a presença de todos os conselheiros dificultam o efetivo funcionamento dos conselhos.

No caso dos demais instrumentos, estes ainda são muito recentes e, embora representem soluções participativas e adaptadas à realidade brasileira, ainda não foram testados em um número significativo de UCs.

A legislação já avançou significativamente em relação a instâncias participativas. Persistem, no entanto, modelos não participativos devido à recusa de alguns setores do Estado em dialogar com os diversos segmentos sociais relacionados à UC. Nesses casos, o que se verifica, segundo Layrargues⁴ é “um expressivo hiato entre as aspirações e necessidades comunitárias, com relação às decisões técnicas distantes da realidade local”. O autor salienta que:

“a cidadania não pode ser concedida como um presente que se recebe gratuitamente. Da mesma forma, a política ambiental não é um conjunto de princípios listados no papel pelo Poder Público, mas sim, o fruto dos embates travados no universo da participação em busca de autonomia e emancipação política, que só será institucionalizado caso a permeabilidade do Estado tenha sido rompida pela força vencedora da sociedade organizada na luta contra os interesses contraditórios”.

Nesse sentido, a comunicação e a educação ambiental desempenham papel fundamental, tendo em vista que podem contribuir para a organização social dos atores sociais em vulnerabilidade socioambiental, para o fortalecimento da sua cidadania ambiental e da sua efetiva participação na gestão pública da biodiversidade.

5. Layrargues, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. S.d. Disponível em: <<http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1cidadania.pdf>>

A ENCEA e as instâncias participativas

No elenco de princípios da ENCEA, a participação destaca-se devido ao seu potencial de proporcionar integração social e fortalecimento comunitário, de fomentar identidade e pertencimento das pessoas com o território, bem como de explicitar os diferentes interesses e os conflitos existentes, possibilitando aprendizagem coletiva. Do ponto de vista organizativo, a participação “facilita a compreensão da complexidade socioambiental para a tomada consciente de decisões; proporciona legitimidade às decisões tomadas e facilita a implementação e continuidade das estratégias traçadas” (BRASIL, MMA/ICMBio, 2011).

Nas diretrizes da ENCEA há diversas ações estratégicas diretamente relacionadas ao fomento da participação. Algumas delas, pela sua importância, situam-se em mais de uma diretriz e podem ser assim sintetizadas:

- **Criar** mecanismos e instrumentos jurídicos que garantam a inserção dos componentes de participação e o controle social de forma qualificada nas políticas públicas federais, estaduais e municipais, e nos processos de informação, produção e gestão de comunicação e formação ambiental. (Diretriz 1)
- **Incentivar** a participação contínua dos órgãos ambientais nas instâncias intersetoriais dos governos (federal, estaduais e municipais) que atuem em territórios de unidades de conservação e entorno. (Diretriz 1)
- **Estabelecer** critérios para priorizar e otimizar o financiamento público de ações e projetos de educação ambiental formal, não formal e informal em territórios de UCs que gerem mobilização social, garantam a representatividade e a participação legítima das populações afetadas/envolvidas nos processos de criação da UC, nas fases de desenvolvimento e implementação do Plano de Manejo e na gestão do território. (Diretriz 1)
- **Elaborar** e implementar estratégias de comunicação e educação ambiental que sejam transversais e que promovam a participação e colaboração dos segmentos locais, em especial de comunidades e pequenos produtores rurais, na elaboração dos Planos de Manejo e do Zoneamento das UCs, diminuindo assim conflitos futuros e procurando integrar a UC nas expectativas de desenvolvimento local e regional. (Diretriz 2)

- **Garantir** a elaboração participativa do Plano de Manejo da UC e dar visibilidade à sua implementação, promovendo seu contínuo acompanhamento e avaliação. Isso poderá ser facilitado por meio da criação de um grupo de comunicação e de educação ambiental para divulgar amplamente (em linguagem acessível) e para desenvolver processos pedagógicos que tenham por objetivo o envolvimento da sociedade no processo de discussão e construção do Plano de Manejo. (Diretrizes 2 e 5)
- **Realizar** atividades de informação e formação para os segmentos que participam da composição do Conselho da UC, procurando garantir o envolvimento e a participação de todos, minimizando hierarquias e valorizando os saberes existentes sobre temas relacionados à gestão da UC. (Diretriz 2)
- **Divulgar** em linguagem acessível o calendário e os resultados das reuniões do Conselho, facilitando assim o acesso a informação de todos os segmentos representados. (Diretriz 2)
- Incentivar a participação de pesquisadores e técnicos nas reuniões de conselhos, cursos e oficinas para ampliar a rede de interação e comunicação entre os segmentos relacionados a gestão da UC. (Diretriz 2)
- **Subsidiar** cursos de capacitação, oficinas, workshops, eventos técnicos para qualificar a participação dos atores sociais no processo de criação e gestão das UCs, bem como na elaboração dos planos de manejo e de outros instrumentos de ordenamento das Unidades. (Diretriz 4)
- **Utilizar** meios de comunicação de massa, especializados e/ou alternativos no sentido de aumentar a conscientização e a participação popular no processo de criação e gestão das UCs, bem como utilizar comunicação para divulgar nas comunidades os direitos e deveres do Conselho, assim como de seus conselheiros. (Diretriz 5)

 **Convite à interação**

Como ocorre a participação social na UC em que atuo?

.....
.....

Existe Conselho consultivo ou deliberativo? Qual é sua composição?

.....
.....

A UC possui Plano de Manejo? Onde se situam a comunicação e a educação ambiental no Plano de Manejo?

.....
.....

Como essas duas áreas estão articuladas?

.....
.....

Caso não haja Plano de Manejo, como são tratadas a comunicação e a educação ambiental: como ações pontuais, como projetos, programas?

.....
.....

Você consegue identificar a condição ambiental que afeta, de forma predominante, os grupos sociais do território e que demanda alguma intervenção de gestão ambiental?

.....

Você consegue identificar claramente quem ganha e quem perde nessa condição ambiental?

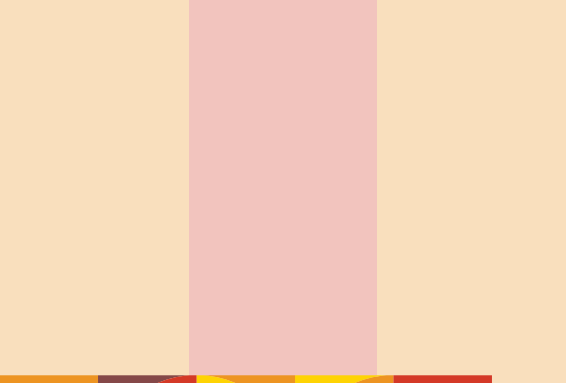
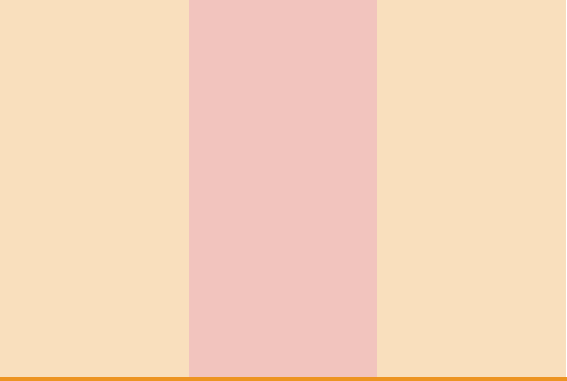
.....
.....

Você consegue identificar quais instrumentos de gestão podem ser utilizados para intervir nessa questão?

.....
.....

E quais processos educativos com algum desses grupos sociais podem contribuir para qualificar suas ações nessa questão?

.....
.....



2. A comunicação e a educação ambiental no fomento da participação

SABERES EM DIÁLOGO



Participação requer capacidade de diálogo ou seja, comunicação, que está na essência do processo educativo. Envolve também aprendizagem significativa, que no caso da implementação de UC, refere-se à educação ambiental voltada para o exercício de influência e de controle social em instâncias como o Conselho e na elaboração do Plano de Manejo.

É fundamental, portanto, que ambas as áreas – comunicação e educação ambiental – sejam tratadas de forma articulada e permanente pela UC para potencializar processos participativos, colocando o seu arsenal de recursos à disposição dos diferentes atores sociais em interação. A ENCEA enfatiza a criação e o fortalecimento de programas e projetos de educação ambiental e de comunicação que, entre outros “incentivem a apropriação dos meios de comunicação e a produção de informação pelas comunidades e instituições envolvidas e afetadas” (BRASIL, MMA/ICMBio, 2011).

O papel dessas áreas, no entanto, vai além de informar a população e traduzir jargões técnicos (bastante comuns no universo das UCs) para a linguagem das comunidades. Sua função é, segundo Loureiro (2008), “facilitar o reconhecimento, a valorização, o aproveitamento e a articulação entre os diversos saberes que coexistem no espaço da UC como espaço público de discussão das divergências e construção de consensos”. Isso demanda da educação ambiental e da comunicação capacidade para assumirem, segundo Quintas (2008a), a tarefa de viabilizarem a “intervenção qualificada, coletiva e organizada dos grupos sociais”.

Está claro que as deficiências de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à participação referem-se a todos indistintamente – do agente público ao comunitário, das lideranças econômicas da região à comunidade científica. Afinal, o diálogo de saberes, necessário à redução das assimetrias de poder, é algo para o qual pouca gente está preparada. E a atuação em equipe, mesmo entre pessoas de um mesmo coletivo ou segmento social, parece ser um grande desafio.

Vale salientar, no entanto, que o público a ser priorizado pelas ações educativas e comunicativas deva ser sempre aquele que possui mais limitações para lidar com as temáticas e linguagens tratadas no âmbito da UC, como forma de garantir uma gestão pública equitativa e democrática.

Explicando o conceito de Ato Pedagógico

Na educação voltada para a gestão ambiental, o Ato Pedagógico consubstancia essa visão. Envolve tanto uma percepção crítica da realidade quanto coloca à disposição das equipes de referência da UC elementos para trabalhar na perspectiva de dar concretude à ação socioambiental.

Desde os anos 1990, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e mais recentemente pelo ICMBio na implantação de UCs tem se referenciado na vertente da educação ambiental crítica (*veja conceito no caderno 1*). A importância do pensamento crítico é enfatizada pela ENCEA, que a tem entre seus princípios. Para a ENCEA, “a educação ambiental é um processo eminentemente político que visa estimular a interpretação da realidade histórica e social, a ação transformadora e responsável e a intervenção consciente e intencional na realidade”.

Segundo Layrargues (2002), essa vertente “visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”.

REQUISITOS DA PARTICIPAÇÃO

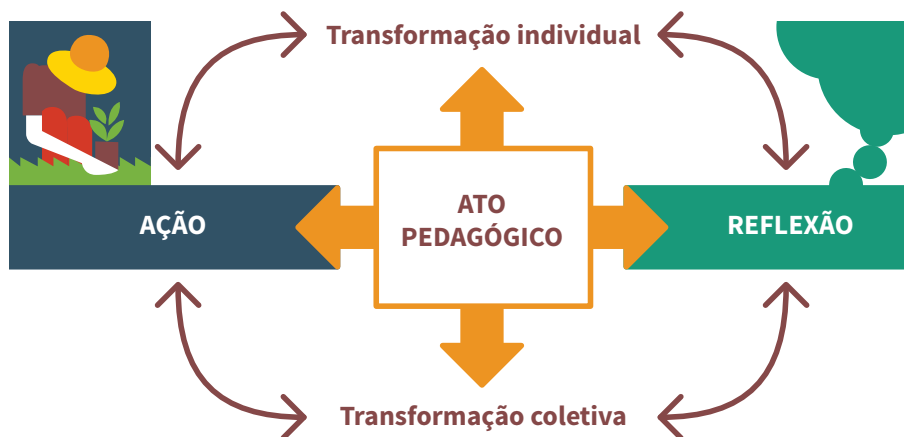
Segundo as premissas da educação ambiental crítica:

- A implementação da UC ocorre em meio a assimetrias de poder entre atores e, portanto, é potencialmente conflituosa. O Conselho e o Plano de Manejo podem ser interpretados como pactos sociais entre a equipe de servidores da UC e os diferentes setores da sociedade. A implementação desses instrumentos requer a criação de um clima de confiança e respeito, o que exige ações permanentes de comunicação e educação ambiental. Ações eventuais de ambas as áreas, como ocorre mais frequentemente, mostram-se pouco eficazes.
- O desenvolvimento de processos participativos demanda a criação de acordos políticos em que nem sempre prevalecem critérios técnicos. É preciso desenvolver flexibilidade e ao mesmo tempo firmeza para que os processos sejam mediados pelo olhar técnico e político simultaneamente, de forma que a UC possa cumprir os objetivos para os quais foi criada.
- A prevenção e a superação de problemas exigem o estabelecimento de consensos entre os diferentes atores sociais em interação. O locus para isso é o Conselho da UC, onde é preciso estabelecer mecanismos de representação que garantam equidade entre os participantes e não apenas a presença formal de determinados segmentos.
- Mobilizações coletivas não ocorrem espontaneamente. São motivadas por crenças e interesses compartilhados e dependem de incentivo para isso. Requerem, portanto, meios materiais e cognitivos de organização e expressão. O Conselho e o Plano de Manejo são instrumentos eficazes para essa mobilização, mas a sua constituição depende de iniciativas de comunicação e educação, de forma a promover a qualificação e a participação dos diferentes atores no seu processo de implementação.

Características do ato pedagógico

Quintas (2008) caracteriza o ato pedagógico como todo processo ou ação educativa realizado de forma planejada, com a intencionalidade explícita de colocar em prática o discurso da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Seu objetivo é explicitar as contradições da ordem social vigente, proporcionando aos participantes do processo elementos para a reflexão e as ações essenciais voltadas a transformar a realidade vivenciada.

Para o autor, “a essência da Educação no Processo de Gestão Ambiental está em tomar o ato de conhecer como inseparável do ato de agir e vice-versa, na perspectiva do protagonismo dos sujeitos da ação educativa”. Baseia-se, para isso na concepção de Paulo Freire, de que o conhecimento não se recebe passivamente por meio de conteúdos repassados por outros. Mas exige a “presença curiosa do sujeito em face do mundo”, a busca e a capacidade de processar e reprocessar o vivenciado com base na própria realidade. E pelo ato de, percebendo a realidade, transformá-la e, ao fazê-lo, transformar-se a si mesmo e à realidade circundante. O esquema abaixo busca reproduzir as múltiplas interações transformadoras que o ato pedagógico propicia.



Considerando a complexidade da questão ambiental, produto da confluência global de crises (*veja caderno 1*), o ato pedagógico precisa considerar o diálogo de saberes, a multidisciplinaridade e a realidade em suas múltiplas dimensões (local, regional, global e planetária). Nesse sentido, segundo Quintas (2008), faz parte do ato pedagógico explicitar:

- O contexto
- O global
- O multidimensional
- O complexo

O papel do educador ambiental nesse contexto

Tal concepção de processo educativo exige do educador e da educadora ambiental características diferenciadas. Quintas (2000), Layrargues (2002) e Loureiro (2008) identificam algumas delas:

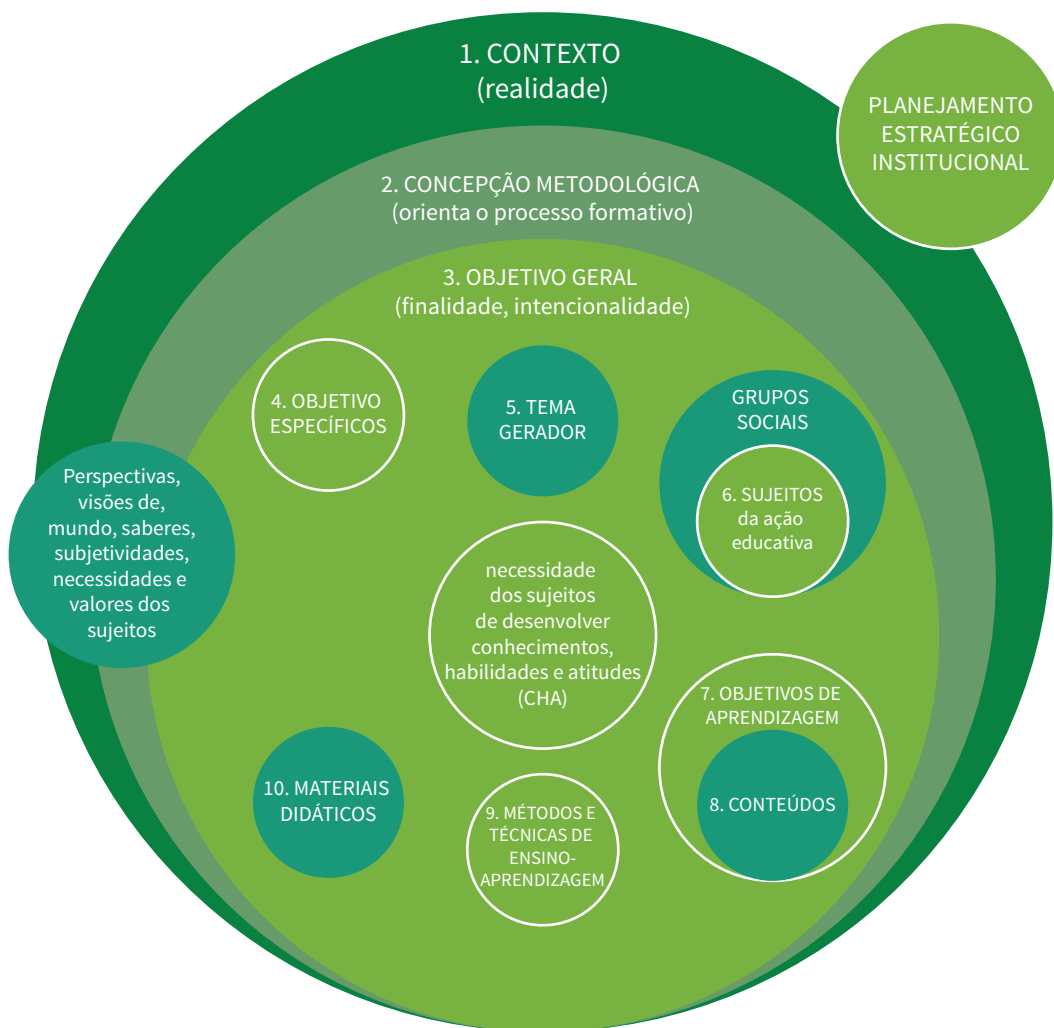
- Agir em conjunto com a sociedade civil organizada e, sobretudo, com os movimentos sociais, numa visão da educação ambiental como processo instituinte de novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza.
- Por meio do círculo de diálogos ou da comunidade de aprendizagem criada com os sujeitos envolvidos no processo educativo, buscar a superação da visão fragmentada sobre a realidade.
- Dialogar com as distintas áreas disciplinares e com os diferentes atores sociais envolvidos no âmbito da UC.
- Capacitar-se para construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre problemática socioambiental em toda a sua complexidade.
- Sem negar os conflitos existentes, mas mediando-os democraticamente⁶, instaurar acordos consensuais entre os agentes sociais, por meio da participação, do diálogo, do exercício e da construção da cidadania.
- Resguardar a transparência nas relações e nos processos construídos com os grupos sociais envolvidos nos destinos da UC.
- Agir como catalisador (sem neutralidade) de processos educativos que respeitem a pluralidade e a diversidade cultural, fortaleçam a ação coletiva e organizada e articulem as contribuições dos diferentes saberes e fazeres.
- Contribuir com o fortalecimento da gestão ambiental pública, sob controle social, para garantir:
 - reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza;
 - mobilização e organização popular para a compatibilização entre as necessidades de conservação ambiental e o atendimento de necessidades materiais básicas e de justiça distributiva das pessoas que vivem no interior e no entorno das UC;
 - problematização da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental.

6. Diretriz maior para a organização e realização do ato pedagógico

Elementos e aplicações do ato pedagógico

O ato pedagógico se aplica às diferentes áreas relacionadas à gestão ambiental pública, tais como o ordenamento pesqueiro, o licenciamento ambiental ou a criação, implementação e gestão das UCs. Estruturá-lo envolve uma série de passos ordenados, que se assemelham ao planejamento de projetos e programas.

Em geral, o ato pedagógico decorre de um propósito imediato. É importante, porém, que este propósito seja coerente com a finalidade maior, que funciona como uma diretriz a orientar toda a intencionalidade educativa. Esta intencionalidade sempre está vinculada a um contexto socioambiental específico, que precisa ser considerado. O esquema a seguir busca sintetizar os elementos e encadeamentos do ato pedagógico.



A estruturação do ato pedagógico envolve os seguintes elementos:

ELEMENTOS DO ATO PEDAGÓGICO	
1. Contexto	<p>Condição ambiental que afeta, de forma predominante, alguns grupos sociais, objeto da atividade de gestão ambiental.</p> <p>Recorte da realidade que possibilitará a obtenção dos dados para definição dos critérios de escolha dos sujeitos da ação educativa, dos conteúdos e dos objetivos de aprendizagem, necessários para dar continuidade ao planejamento do processo pedagógico.</p>
2. Concepção metodológica	<p>Modo de conceber e organizar a ação educativa, funcionando também como idéia reguladora durante o processo de seu planejamento e de sua realização. Para esse conjunto de cadernos sobre a ENCEA, a concepção adotada é a da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória.</p>
3. Objetivo geral	<p>Finalidade ou intencionalidade do ato pedagógico, que contribui para qualificar a atividade de gestão proposta. Proporciona os elementos para a formulação do ato pedagógico, inclusive dos elementos necessários para o estabelecimento de nexos com a crise ambiental e civilizatória, bem como para a definição dos sujeitos prioritários da ação educativa. Na concepção adotada nesse conjunto de cadernos, defende-se que a finalidade da ação educativa é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Sugere-se que o objetivo geral dialogue com o Planejamento Estratégico Institucional.</p>
4. Objetivos específicos	<p>São os propósitos imediatos da ação educativa e devem estar voltados a contribuir para a intervenção qualificada, coletiva e organizada de grupos sociais específicos na gestão pública da biodiversidade e das unidades de conservação.</p> <p>Relacionam-se com a intencionalidade da ação educativa. Assim como o objetivo geral, proporciona os elementos para a formulação do ato pedagógico, inclusive dos elementos necessários para o estabelecimento de nexos com a crise ambiental e civilizatória, bem como para a definição dos sujeitos prioritários da ação educativa. Sua maior ou menor articulação com o objetivo geral contribuirá para avaliar se a prática educativa está ou não imbuída do ideário crítico, transformador e emancipatório.</p>
5. Tema gerador	<p>Elemento do contexto (problema, conflito ou potencialidade) tomado como ponto de partida para o processo educativo.</p>
6. Sujeitos prioritários	<p>Refere-se aos sujeitos que participarão do processo de ensino-aprendizagem na condição de educandos, considerando-se suas perspectivas, visões de mundo, saberes, subjetividades, necessidades e valores.</p> <p>São definidos a partir de características predominantes que conferem uma base comum (unidade na diversidade) em termos socioculturais, econômicos, de gênero e geracionais, cognitivos, entre outros.</p>

7. Objetivos de aprendizagem	<p>Articulam conteúdos com as capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes – CHA) que serão desenvolvidas com os sujeitos da ação educativa a partir do tema gerador, de forma que os objetivos do ato pedagógico sejam alcançados.</p> <p>Devem refletir as quatro dimensões da prática consciente de Paulo Freire, tornando os educandos capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • analisar causas e consequências de uma dada condição ambiental (reflexão); • relacionar uma dada condição ambiental com o processo histórico que contextualiza sua existência (temporalidade); • agir no sentido de transformar ou garantir a existência de uma dada condição ambiental (intencionalidade); • analisar as possibilidades de futuro frente à ação ou inação, para transformar ou garantir a existência de uma dada condição ambiental (transcendência).
8. Conteúdos	<p>Conhecimentos necessários à compreensão da realidade (em suas diferentes dimensões), nos planos local, regional, internacional, de bacia hidrográfica etc., visando à intervenção pretendida.</p>
9. Métodos e técnicas de ensino-aprendizagem	<p>Recursos técnicos e didáticos necessários para os sujeitos da ação educativa atingirem os objetivos de aprendizagem, em determinado tempo.</p> <p>Exemplos: exposições dialogadas, oficinas, palestras, simpósio, estudo dirigido em grupo, estudo de caso, visitas orientadas, dramatizações, pesquisa-ação participante, etc.</p> <p>Tais recurso são utilizados durante um período de tempo definido conforme o planejamento da ação pedagógica.</p>
10. Materiais de ensino-aprendizagem	<p>São materiais didáticos de suporte à realização dos procedimentos metodológicos, necessários para os educandos atingirem os objetivos de aprendizagem.</p>
Avaliação	<p>Permeia todo o ato pedagógico, fornecendo elementos para criar e recriar o conhecimento. Ocorre em dois níveis: mede o alcance dos objetivos geral e específicos na gestão ambiental, bem como o desenvolvimento das competências no educando, ou seja, o alcance dos objetivos de aprendizagem. Além disso, diagnostica dificuldades encontradas na análise, elaboração e execução do ato pedagógico e as dificuldades encontradas pelos sujeitos da ação educativa para atingirem os objetivos de aprendizagem.</p> <p>O encadeamento de processos de avaliação visa responder às seguintes perguntas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Métodos e técnicas contribuíram para atender aos objetivos de aprendizagem? 2. Os objetivos de aprendizagem contribuíram para alcançar os objetivos específicos? 3. Os objetivos específicos contribuíram para o planejamento estratégico institucional? 4. O desenvolvimento de novas capacidades nos sujeitos da ação educativa contribuiu para o objetivo geral? 5. Os objetivos específicos contribuíram para o alcance do objetivo geral?



Cuidados para resguardar a participação nos processos educativos

Identificação dos sujeitos prioritários da ação educativa: O mapeamento dos atores prevê quais estão mais envolvidos com a UC. A identificação de uma base comum é importante para ajustar o ato pedagógico às características do grupo. Mas é preciso também considerar elementos que permitam flexibilizar a relação indivíduo/grupo, possibilitando a manifestação das subjetividades na construção coletiva.

Compatibilização dos tempos: O tempo de duração dos procedimentos metodológicos deve ser suficiente para atender aos objetivos de aprendizagem. É importante que os processos também compatibilizem o “tempo institucional” das iniciativas pedagógicas com o “tempo das comunidades”, como forma de assegurar representatividade e legitimidade na participação. Elementos a serem levados em consideração: calendários sazonais de produção e letivos, dias e horários mais propícios para se convocar reuniões, etc.

Desenvolvimento de habilidades multidimensionais: Considerando a complexidade que envolve o universo das UCs, ações educativas⁷ precisam desenvolver nos coletivos a habilidade de analisar a situação socioambiental dada, relacionando-a com fatores históricos, além de projetar cenários futuros e agir para transformar a realidade atual em direção ao futuro desejado. A integração da realidade vivenciada na UC com as da bacia hidrográfica de referência e outras instâncias de planejamento territorial é desejável.

7. Ações educativas podem ser capacitações ou a própria ação de gestão planejada como um ato pedagógico (com intencionalidade, sujeitos e objetivos definidos, bem como definição de competências a ser desenvolvidas ao longo do processo/ação educativa).



Como a comunicação pode auxiliar nisso?

Na implantação de UC, a comunicação desempenha papel de destaque, pois é necessário investir no contato e no diálogo com os distintos públicos potencialmente interessados e em sua mobilização. Isso requer o uso dos meios e linguagens acessíveis, bem como a capacidade de incluir os distintos atores no processo educativo desde o planejamento das ações.

A comunicação também é importante no estabelecimento dos limites para a tomada de decisões e para a governabilidade dos processos. Explicitar os marcos legais, por exemplo, pode fazer grande diferença nos processos de implantação do Conselho, definindo claramente as suas competências. Relatos de experiências mostram que, em determinados locais, os servidores da UC são vistos como os únicos representantes do Estado no território. Isso

faz com que sejam demandados pelos atores sociais envolvidos na gestão da UC para além de suas funções (como a necessidade de atendimentos de saúde e educação, por exemplo).

Embora seja fundamental definir claramente os limites da atuação da gestão pública das UCs, não se pode perder de vista a necessidade de apoiar e encaminhar as demandas sociais, ao mesmo tempo em que se insere a UC nas agendas locais. Isso requer a pactuação de regras claras entre os diferentes envolvidos no processo.

Por tudo isso, deve-se considerar a inserção de um plano específico de comunicação (*ver caderno 5*) para desenvolver os meios e as linguagens capazes de atender às demandas que emergem desse contato com a sociedade local. Mais uma vez a adequação ao contexto faz toda a diferença. Deve-se considerar uma comunicação processual e não apenas voltada a episódios específicos.

Além da presença em redes sociais, algumas UCs desenvolvem programas em rádios comunitárias, realizam exposições itinerantes sobre os processos educativos e de gestão, elaboram vídeos e cartilhas sobre como participar da elaboração do Plano de Manejo, do Conselho, dentre outros instrumentos de gestão.

O papel da educomunicação e da arte educação no ato pedagógico

A educomunicação é, por excelência, um instrumento da comunicação participativa. Segundo Menezes (2014), isso se deve à sua capacidade de estimular o planejamento e a produção coletiva, pelos próprios atores sociais, de meios comunicativos utilizados no ato pedagógico. Trabalhando em equipe e utilizando o repertório cultural local surgem produtos como cartilhas, jornais, programas de rádio, vídeos e outros materiais educativos no âmbito das UC.

A ENCEA (BRASIL, MMA/ICMBio, 2011) destaca que os materiais construídos coletivamente, além de valorizar a cultura local e a organização social, também podem contribuir para ampliar o diálogo na gestão participativa, abrindo espaço para negociações, esclarecimentos, favorecendo a troca de informações a partir do olhar comunitário, e não somente a partir do olhar do órgão gestor.

A educomunicação inclui ainda a garantia de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de forma democrática, bem como a reflexão crítica sobre a utilização desses meios. Isso se estende ao estímulo

para criação e manutenção de espaços de democratização da informática, como telecentros, mas precisa incluir também a democratização do uso do computador e dos recursos da Internet.

A gestão da comunicação engloba também o planejamento, a implementação e a avaliação participativos de projetos e programas de educomunicação. Na prática, além de produzir mídia, esse olhar sugere que os atores sociais planejem, por exemplo, que tipo de mídia querem construir. Ou ainda, que estratégias de comunicação e produtos acham necessário implementar.

No âmbito das UCs, a realização de pesquisas acadêmicas sobre o campo da comunicação constitui uma necessidade. Há diversas iniciativas práticas envolvendo educomunicação em curso que precisam ser sistematizadas e analisadas sob o foco das contribuições à implementação e gestão participativa de UC.

A arte educação como facilitadora

Os processos educativos requerem abordagens inovadoras. A arte educação, em seus próprios fundamentos conceituais, possui uma abordagem que a torna aliada natural do ato pedagógico. Segundo a proposta de Ana Mae Barbosa, uma das principais referências no ensino de arte no Brasil, a arte educação baseia-se na Proposta Triangular⁸, que pode ser sintetizada em:

- Leitura da imagem, que se baseia na análise, interpretação e criticidade dos objetos e situações nas dimensões micro e macrocósmicas;
- Contextualização da realidade dada;
- Prática do fazer transformador.

Além disso, a arte educação coloca à disposição do educador ou educadora ambiental um elenco de metodologias e técnicas que podem ser aproveitadas durante o ato pedagógico. Algumas, em especial, são consideradas bastante apropriadas para os processos de implantação de UC, como na facilitação de encontros do Conselho e nas discussões sobre o Plano de Manejo da Unidade.

Recursos de arte educação têm sido utilizadas na gestão da UC em momentos específicos nos quais se exige inovação no processo de mobilização das comunidades. Tais recursos também se revelam úteis na capacitação dos servidores da Unidade.

Especificamente na implantação da UC, que envolve criação e fortalecimento do Conselho e do Plano de Manejo, destacam-se as seguintes técnicas:

8. O caderno 1 contém mais referências conceituais sobre arte educação.

TÉCNICA	O QUE É	POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO
DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP)	Métodos e técnicas que utilizam em grande parte imagens simbólicas e a criatividade voltadas a fazer com que a população local compartilhe, aumente e analise os conhecimentos sobre a sua realidade	Reuniões do Conselho, criação do Plano de Manejo
TEATRO DE MARIONETES	Bonecos manipulados com luvas ou com fios	Explicação da legislação ambiental
FACILITAÇÃO GRÁFICA	Registro que utiliza textos e imagens para sintetizar idéias e propostas surgidas em reuniões	Capacitação em legislação ambiental para leigos; registro das reuniões do Conselho
PAISAGENS IMAGÉTICAS	Levantamento de informações visuais por meio de fotos feitas pela própria população local (p. ex. por meio de celular)	Explicação de temas técnicos; reuniões do Conselho; criação do Plano de Manejo
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	Forma lúdica de apresentar conteúdos	Explicação de temas técnicos
QUIZ SHOW	Jogo de perguntas e respostas, baseado em programas de auditório de TV	Averiguar entendimentos
DINÂMICAS	Atividades e brincadeiras em equipe voltadas a estimular a participação, criando um clima favorável entre as pessoas	Reuniões do Conselho e para criação do Plano de Manejo
PROGRAMAS DE RÁDIO	Formas de estabelecer contato com o público local por meio de informes, comunicados, debates	Reuniões do Conselho, criação do Plano de Manejo
DANÇAS CIRCULARES	Também chamadas de danças de roda, estão presentes em todas as culturas e refletem a intencionalidade de perceber e valorizar a cultura local. Criação do ritmo coletivo em harmonia e a reverberação dessa harmonia em prol da paz universal	No início ou no fim de encontros, oficinas ou em qualquer momento que se verifique a necessidade de criar harmonia e ritmo
FANZINE	Publicação despretenhosa, em quadrinhos ou ilustrada, quase sempre produzida por jovens, com a finalidade de desenvolver algum tema específico com forte característica autoral e postura política	Registro de atividades desenvolvidas no âmbito da formulação do Plano de Manejo ou visando às mobilizações para participar do Conselho Gestor

Destacando que esses registros de atividades específicas podem ser intercaladas, trocadas e modificadas de acordo com a necessidade do momento.

 **Convite à interação**

De que forma a educação ambiental e a comunicação podem contribuir para implementar a gestão participativa da UC?

.....
.....

Como articular as áreas de educação ambiental e comunicação no Plano de Manejo da UC onde atuo?

.....
.....

Como a comunicação e a educação ambiental são utilizadas nas relações com os atores sociais que interagem na UC em que atuo?

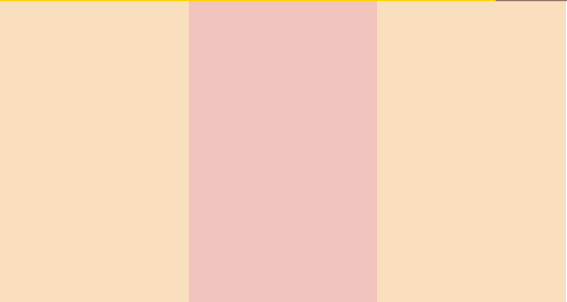
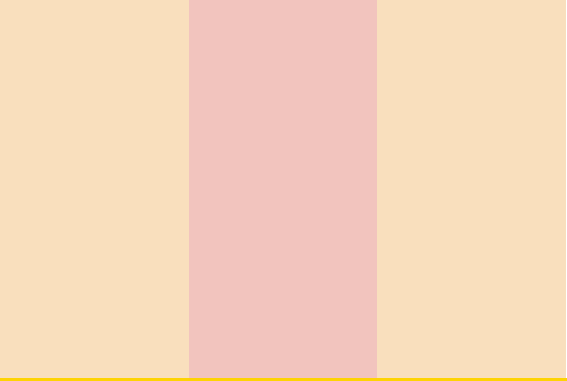
.....
.....

Que aportes de educação ambiental crítica podem ser úteis nessa interação?

.....
.....

Quais iniciativas de educação ambiental, comunicação, educomunicação e arte educação podem ser empreendidas para facilitar a gestão participativa?

.....
.....



3. Experiências que revigoram o senso de participação

TODOS JUNTOS SOMOS FORTES



A gestão participativa assenta-se no pressuposto de que é necessário que a sociedade sinta-se como parte da gestão da UC, percebendo-a como território construído, síntese de interesses muitas vezes em disputa pelo uso e apropriação de recursos ambientais. Trata-se de buscar uma parceria efetiva e constante, de maneira a garantir a proteção da biodiversidade juntamente com a qualidade de vida das comunidades, em processos democráticos de gestão. A dicotomia largamente enraizada no senso comum, de oposição entre sociedade e natureza, precisa ser superada; no centro desse esforço, estão temas como cidadania, controle social e participação⁹.

A preocupação com a participação social efetiva na gestão das áreas protegidas está claramente colocada na segunda diretriz da ENCEA, que aponta para a consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de unidades de conservação. Entre os instrumentos para garantir essa participação estão a implantação dos Conselhos, como espaços de reflexão e de tomada de decisões, e a própria construção (e aplicação) do Plano de Manejo.

A busca de participação efetiva na gestão das UCs está presente em várias iniciativas voltadas para a formação e para a renovação do Conselho. O estudo técnico realizado em 2014 como subsídio para a elaboração destes cadernos levantou uma amostra de 73 experiências de educação ambiental e comunicação realizadas nos últimos cinco anos em 50 UCs federais¹⁰, tanto de uso sustentável como de uso integral, em cinco biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Marinho-Costeiro).

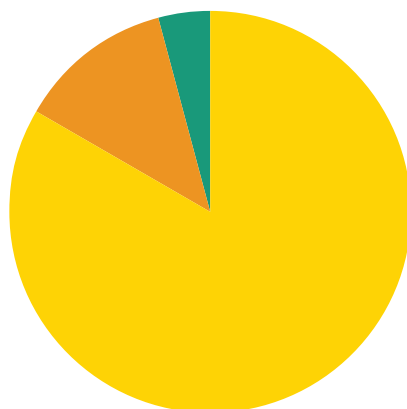
A ação dos conselheiros está citada em 12 das 73 experiências analisadas, sendo que, em três delas, os conselheiros são sujeitos prioritários da ação – casos dos **Parques Nacionais (PARNA) Lençóis Maranhenses (MA) e Serra dos Órgãos (RJ)** e da **Área de Preservação Ambiental (APA) Baleia Franca (SC)**. Há iniciativas que demonstram a atuação direta dos conselheiros na execução do Plano de Manejo da UC, como na **Floresta Nacional (FLONA) Contendas do Sincorá (BA)**, onde os conselheiros foram protagonistas na formatação







9. IBASE. Gestão Participativa em Unidades de Conservação. 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf>

10. O estudo está disponível no site do ICMBio: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Experiencias_EA_e_Comunicacao_Atual.pdf>

do projeto de valorização do licuri, palmeira nativa da Caatinga que está na base da economia extrativista da região.

Experiências analisadas



			73	Total de experiências analisadas
			12	Ação dos conselheiros
			3	Conselheiros são sujeitos prioritários da ação

O entendimento de que a participação social deve se realizar em todo o ciclo de gestão da UC permeia várias iniciativas que buscam envolver, qualificar e renovar os integrantes dos Conselhos; muitas se estendem para buscar o envolvimento de toda a comunidade, com recortes de trabalho com a juventude, com educadores formais e não formais e com lideranças e comunitários em geral. Diferentes abordagens e metodologias são utilizadas para isso. Algumas iniciativas podem ser inspiradoras nesse longo caminho que se faz ao caminhar – a conquista e a garantia da efetiva participação social na gestão das UCs.

Educação continuada de conselheiros

O **Parque Nacional do Itatiaia (PNI)**, primeira unidade de conservação do Brasil, situa-se na fronteira de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, no domínio da Mata Atlântica. Em sua estrutura de gestão, o PARNA conta com um Conselho Consultivo e com Câmaras Técnicas, espaços ocupados por representantes de diversos segmentos sociais da região. O Parque considera que parte de sua missão é ser uma das referências positivas para as demais UCs do país, inclusive em termos de gestão participativa. Possui uma rica experiência na busca de conjugar projetos e atividades que promovam e ampliem o envolvimento da sociedade com a UC.

O PNI promove, por exemplo, uma imersão anual do Conselho Consultivo. São três momentos, ao longo do ano, em que os Conselheiros e integrantes das Câmaras Técnicas permanecem na UC em atividades de horário integral. Nesses momentos, são apresentados e avaliados os resultados de Gestão Socioambiental, Gestão da Proteção, Gestão do Uso Público e Negócios, Gestão Territorial e os produtos das Câmaras Técnicas, além de se fazer o planejamento para o próximo ano. Outra rotina de gestão participativa do Parque é a reunião mensal das Câmaras Técnicas, realizando e monitorando ações a partir de lideranças e de grupos de trabalho. As etapas do planejamento são avaliadas mensalmente, observando resultados alcançados, constatando dificuldades e fazendo os ajustes necessários para o próximo período.

A **Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé (SC)** também desenvolve projeto específico com os objetivos de construir coletivamente o Plano de Ação da UC e de formar os conselheiros. A motivação é justamente possibilitar que estes se sintam co-gestores da Reserva, incrustada no perímetro urbano da cidade de Florianópolis, o que por si já provoca uma série de conflitos socioambientais. Por isso mesmo, a existência de um espaço institucional de participação torna-se ainda mais significativo.

O Conselho Deliberativo da RESEX foi criado em 2010, após dois anos de reuniões e debates preparatórios em um espaço participativo informal intitulado Grupo Pró-Conselho, criado para promover a participação dos extrativistas na gestão da área protegida. O Conselho é formado principalmente por representantes dos extrativistas, com grande heterogeneidade social interna. Os conselheiros têm demonstrado capacidade de debate e interesse em participar dos processos decisórios, porém foi detectada a necessidade de formação em diversas temáticas, para qualificar melhor o debate.

Assim como nas demais experiências relatadas neste caderno, a formação tem se dado com uma abordagem de educação ambiental crítica, emanci-

patória e transformadora. Nesse processo, foram feitas reuniões formativas, reuniões de planejamento e criados grupos de trabalho. Como primeiros resultados, os grupos conseguiram hierarquizar os problemas da RESEX e identificaram a formação continuada dos conselheiros como prioridade, assim como o fortalecimento da organização comunitária.

O trabalho enfrentou desafios, como equipe da UC muito reduzida, dificuldades de comunicação e conflitos entre os comunitários, em sua maioria pouco alfabetizados e sem outros espaços de interação social. Mas o grupo ampliado conseguiu elaborar o Plano de Ação, manter uma agenda de reuniões mensais do Conselho e iniciar uma interligação das ações para construir um programa de educação ambiental.

Indo de Santa Catarina para o Maranhão, também no bioma Marinho Costeiro, o **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses** criou seu Conselho Consultivo em fevereiro de 2014 e iniciou imediatamente uma ação de conscientização ambiental dos conselheiros. Essa ação ocorre sob a forma de reuniões, contato porta a porta e ordenamento do turismo.

Na prática, os conselheiros são orientados a convidar a comunidade para as reuniões na sede do Parque e também a promover reuniões do Conselho nas comunidades, ouvindo-as para a construção participativa do Plano de Ação. A atuação dos conselheiros tem aproximado a gestão do PARNA da comunidade por meio desse exercício de comunicação em mão dupla. O tema central para a gestão do Parque é a regularização fundiária, o que, em si mesma, gera uma situação conflituosa.

A proposta é fortalecer a gestão participativa; conscientizar a comunidade sobre as questões ambientais ligadas à UC; identificar as necessidades da comunidade em relação à atuação do ICMBio; e construir o Plano de Ação de forma participativa. Entre os temas tratados nas reuniões e ações de conscientização ambiental estão a situação da pesca, a relação dos moradores com o PARNA, a regularização fundiária, o ordenamento da visitação, a situação da energia elétrica, a própria capacitação do conselho e a revisão do plano de manejo. Vale salientar que o PARNA Lençóis Maranhenses é uma das poucas UCs a ter formalizado Termo de Compromisso com a população tradicional em seu interior.

Outra UC do Bioma Marinho Costeiro, a **APA Baleia Franca** (APABF), em Santa Catarina, desenvolve um projeto específico, intitulado Educação Ambiental no Fortalecimento da Gestão Participativa, para formação de conselheiros. Participam das ações os 40 titulares e 40 suplentes do Conselho Gestor, os gestores da UC e 10 convidados e parceiros. O projeto faz parte do programa de educação ambiental da Unidade e vem acontecendo anualmente. Embora o Conselho Gestor da APABF passe por eleições a cada dois anos, o índice de renovação de conselheiros não é alto, o que tem sido um fator positivo na manutenção das atividades de educação ambiental de forma permanente e continuada.

Alguns temas são objeto da capacitação continuada dos conselheiros, em momentos específicos definidos para esse fim. Os princípios da participação social, os instrumentos de gestão participativa, as dinâmicas de uso do território na APA, assim como as avaliações e recomendações geradas nos GT e Câmaras Técnicas, foram alguns desses temas. A cada dois anos, no fim de cada mandato do Conselho, é feita uma avaliação, cujos resultados são sistematizados, apresentados e debatidos com o conjunto dos conselheiros.

Em Minas Gerais, a **APA Carste Lagoa Santa** também desenvolve um projeto de capacitação de conselheiros, buscando nivelar informações, promover troca de experiências e qualificar o debate de temas como processos de licenciamento, projetos e programas governamentais no âmbito da APA, impactos ambientais e sua possível minimização.

Ter a população local como aliada da ampliação de uma área protegida altamente restritiva como uma Estação Ecológica (ESEC) constitui uma proeza digna de nota. É o que ocorreu na **ESEC do Taim** (RS), que construiu uma proposta de ampliação de sua área de abrangência envolvendo diretamente o Conselho Consultivo da UC.

Para isso, foi feito um trabalho de qualificação do processo, de identificação das necessidades dos usuários dos serviços ambientais, da produção coletiva de documentos e de transparência e ampla publicidade do processo. O resultado foi a proposta construída de forma participativa, o que não apenas fortalece a política de conservação da biodiversidade, mas evita conflitos e aponta para a co-responsabilidade na gestão da UC.

História em destaque

PARNA Pau Brasil (BA)



Fazendo correr a notícia:

a criação coletiva de jornal

Juntamente com processos de educação ambiental, algumas UCs têm investido na educomunicação como estratégia para propiciar ou fortalecer a gestão participativa. Uma experiência especialmente relevante é a do **Parque Nacional do Pau Brasil (BA)**, que executou um projeto de comunicação socioambiental junto a seu Conselho Gestor. O processo de educomunicação foi centrado na produção de um jornal comunitário e fez parte do esforço para promover reflexões e planejamento coletivo para a comunicação do Parque, a fim de contribuir para a gestão participativa da Unidade.

Esse processo de educomunicação teve início quando os conselheiros do Parque ficaram sabendo da experiência feita no vizinho **PARNA do Descobrimento (BA)** e solicitaram um projeto semelhante para ampliar o diálogo com as associações do entorno da área protegida. A atividade ocorreu durante pouco mais de um ano, em duas fases.

A primeira fase, cujo objetivo era a formação e a capacitação do Conselho Gestor, envolveu atividades de diagnóstico com os conselheiros, oficinas e momentos de planejamento. Foram utilizados instrumentos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), adaptados para questões de comunicação, simulação do funcionamento do Conselho como recurso didático e leitura crítica de ferramentas de comunicação com foco socioambiental, de maneira a fomentar a capacidade de análise dos conselheiros.

Ao planejar a intervenção de educomunicação, os conselheiros definiram os objetivos, o público, os temas e as ferramentas que deveriam ser trabalhadas. Nessa fase do projeto, houve a renovação do Conselho, para o qual foi feita uma mobilização. A partir da posse dos novos conselheiros, realizou-se uma oficina de dois dias para apresentar o Parque e diagnosticar a percepção dos novos membros do Conselho sobre a UC. Posteriormente, outra oficina de dois dias foi realizada para se refletir sobre a comunicação e elaborar de forma coletiva o planejamento de comunicação. Também nesse momento foi criado um Grupo de Trabalho para realizar ações e fazer o monitoramento do processo.

A segunda fase do projeto, depois de um intervalo de cinco meses, voltou-se para o fortalecimento do GT de Comunicação. Foi produzido um blog, com textos e fotos feitos pelos conselheiros, assim como um folder informativo, e realizada uma oficina para a produção coletiva de um jornal comunitário. A mesma metodologia aplicada no PARNA do Descobrimento e na RESEX Marinha do Corumbau foi adaptada para a realidade do PARNA do Pau Brasil. Com a participação de conselheiros e de jovens do entorno, ocorreram dinâmicas para que o jornal fosse construído levando em consideração o olhar destes atores sociais sobre o território. Foram trabalhadas técnicas de entrevista, produção de pauta, experimentação de spots de rádio e uma oficina de fotografia.

O folder e o blog foram elaborados em encontros com o Grupo de Trabalho. O GT também realizou uma oficina de 40 horas, com o tema da educomunicação, na qual foram produzidos biomapas, diagrama das relações institucionais na região, leitura crítica da mídia, debates sobre comunicação, produção e diagramação do jornal, além de uma saída de campo para fotografar. As fotos compuseram uma exposição no mesmo evento de lançamento do jornal, com cinco mil exemplares impressos, que ocorreu em uma das comunidades do entorno e durante uma reunião do Conselho, na qual foi realizada ainda uma breve formação sobre o uso do blog.

O processo de educomunicação e de elaboração coletiva do jornal possibilitou o tratamento de temas, como o papel do Conselho e do conselheiro, a existência e o papel da UC, a biodiversidade na região, a educação ambiental, a valorização da cultura local, a comunicação e o acesso à informação e o papel das instituições públicas, além de capacitação em ferramentas concretas como a fotografia e técnicas básicas de produção de jornal e de spots de rádio.

Como resultados, destacam-se a própria participação expressiva dos conselheiros (20 dos 22), na primeira fase, e o acompanhamento direto feito por eles na segunda fase do projeto, com ênfase na boa interação entre os três conselheiros e os 20 jovens diretamente envolvidos nas atividades. Destes, muitos não conheciam o Parque e realçaram a própria visibilidade do PARNA como um resultado positivo do processo. Embora fossem jovens das comunidades do entorno, não tinham noção de que ali havia um Parque Nacional, cujas belezas e riquezas descobriram na saída de campo para fotografar.

A participação de jovens Pataxó, vizinhos do Parque, também possibilitou mais um espaço de intercâmbio e de diálogo intercultural. As atividades de entrevistar e redigir matérias para o jornal possibilitaram maior conhecimento sobre as instituições locais, o que também foi considerado positivo, assim como a divulgação da cultura local. Houve forte engajamento dos jovens, com apenas duas ausências ao longo de todo o processo.

Como dificuldades, a pouca atuação do GT para dar continuidade às ações do plano de comunicação levou a um gradativo abandono das ações, conjugado com a mudança de gestor do Parque. A falta de clareza sobre as diferenças e especificidades entre comunicação institucional, comunicação participativa e educomunicação também contribuiu para que o processo não tivesse continuidade. A ausência de acesso a internet e de cultura digital no entorno do Parque tornou-se um obstáculo para que o blog e a página do Facebook funcionassem como ferramentas de comunicação para as comunidades.

O envolvimento dos conselheiros e dos jovens ao longo do processo demonstra, no entanto, a força da educomunicação como estratégia de fortalecimento da gestão participativa da UC, apesar da descontinuidade das ações. Essa experiência corrobora a importância e o papel estimulador da comunicação, da educação ambiental e da educomunicação (*ver caderno 1*) como ações que devem manter-se de forma permanente e articulada nos Planos de Manejo e junto aos Conselhos das UC, contribuindo para fortalecer a participação efetiva na gestão das áreas protegidas.

Construindo Planos de Manejo: *espaços de compromisso e cidadania*

A **RESEX Marinha Baía de Iguape**, na região de Maragogipe (BA), promove a construção participativa do Plano de Manejo da Unidade como principal objetivo do projeto Estruturação dos Instrumentos de Gestão da Reserva. A ação busca envolver a comunidade em geral e, para isso, apoia-se em parcerias com as associações e com os conselheiros, utilizando instrumentos como carro e moto de som para convocar para as reuniões.

A construção do Plano de Manejo teve início em 2010 e somente em 2014 foram alcançados os primeiros resultados concretos, o que demonstra que processos participativos tomam tempo, exigem persistência, mas chegam a acordos sólidos porque compartilhados, construídos coletivamente. O tempo, nesse caso, joga a favor – processos longos de envolvimento das comunidades tendem a criar laços mais permanentes e consensos significativos, tijolo a tijolo, assentando as bases para uma convivência mais harmoniosa entre a UC e as comunidades.

O primeiro passo da construção participativa do Plano de Manejo foi formar um Grupo de Trabalho no Conselho Deliberativo, encarregado de acompanhar os trabalhos. Em 2011, o GT apresentou a primeira proposta de planejamento para a elaboração do Plano, que, embora encaminhada no mesmo ano para a Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo, não pode ser colocado em prática naquele momento.

Três anos depois, em 2014, os trabalhos avançaram. Foram realizadas quinze oficinas comunitárias em diferentes localidades, diversas reuniões e formados Grupos de Trabalho. Com isso, conseguiu-se avançar na definição do perfil das famílias beneficiárias, na definição da missão e da visão de futuro, na análise de contexto e no planejamento detalhado da construção coletiva, que visa elaborar a caracterização e o diagnóstico da Unidade e construir acordos de gestão e zoneamento como instrumentos de gestão desta UC de Uso Sustentável.

A abordagem metodológica das oficinas e reuniões parte da concepção pedagógica da educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora, e conseguiu gerar maior envolvimento e animação dos comunitários com a RESEX, empoderamento das comunidades e estimular o sentimento de pertencimento ao território.

Entre as UC que construíram Planos de Manejo, há iniciativas voltadas para torná-lo conhecido das comunidades do entorno, como na Resex Marinha de Soure, onde o esforço inclui, no plano de comunicação da Unidade, a divulgação de uma versão simplificada do Plano de Manejo.

História em destaque

APA Baleia Franca (SC)



Plano de Manejo como pacto social

A APA Baleia Franca possui uma experiência relevante do papel da educação ambiental como elemento impulsionador da participação social. Trata-se de uma iniciativa de construção participativa do Plano de Manejo, como elemento fundante capaz de dotar o território de zoneamento e normas de uso, produtos de amplo acordo social. Para possibilitar essa desejada participação, a educação ambiental crítica funciona como elemento construtor de capacidades cognitivas e organizativas, auxiliando na eliminação ou minimização das assimetrias sociais e políticas na arena de negociações em torno da qual se constrói o Plano de Manejo. Nesse sentido, a educação ambiental contribui para empoderar e fortalecer os grupos sociais com menor poder de participação.

O projeto, planejado para acontecer ao longo de três anos, buscou envolver os conselheiros, lideranças locais, comunidades tradicionais e demais moradores da APA. As atividades envolveram diagnóstico, concepção, normatização e planejamento, tratando de temas como a própria APA, o plano de manejo, a participação social, cidadania e justiça ambiental, sustentabilidade e acesso aos recursos naturais, em oficinas que envolveram aproximadamente 200 pessoas, entre pescadores artesanais, pequenos produtores rurais, associações de moradores e conselheiros.

O Conselho da APA (CONAPA) tem papel fundamental na construção do Plano de Manejo, por ser o espaço no qual os conflitos e potencialidades da UC são debatidos e analisados. O que se busca é que o Plano seja um pacto social que contemple a proteção ambiental do território e o desenvolvimento sustentável e diferenciado das comunidades. Por isso, é muito importante a ação contínua de capacitação do Conselho, como já citado anteriormente, para a efetiva construção participativa do Plano.

No Conselho estão representadas as comunidades pesqueiras tradicionais da região, cujo processo organizativo ganhou impulso a partir dos anos 2000, apesar das ameaças e efetivos ataques ao patrimônio cultural e

natural da área e à acelerada desagregação das comunidades¹¹. Como atores sociais significativos, estão também ONGs ambientalistas, lideranças locais e universidades sediadas na região.

A força do Conselho da APA, criado em 2005, reside na participação e no empoderamento das comunidades pesqueiras, que assumem papel central na condução do processo de construção coletiva do Plano de Manejo. Diagnosticado desde o início como dificuldade a ser superada, o desnível de informação e de competência técnico-científica entre os conselheiros vem sendo trabalhada pela APA como base para a construção participativa do Plano de Manejo. Por isso, o projeto de criação do Conselho da APA tornou-se referência para gestores de UCs em outras regiões do país.

A experiência da APA Baleia Franca é uma das que demonstram a efetividade da gestão participativa e compartilhada de uma unidade de conservação a partir da articulação de diferentes atores e da capacidade de organização e de resposta tanto às situações planejadas quanto às surpresas do cotidiano da gestão da área.

11. VIVAQUA, M.; SANTOS, C. R.; VIEIRA, P. F. *Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/13759/10891>>

 **Convite à interação**

De que forma essas metodologias podem ser aplicadas aonde atuo?

.....
.....

Que outras metodologias posso utilizar para fortalecer a participação social no processo de elaboração, revisão e monitoramento do Plano de Manejo?

.....
.....

Que outras metodologias posso usar para fortalecer o conselho da UC em que atuo?

.....
.....

O que mais a educação ambiental e comunicação podem fazer para potencializar outros instrumentos de gestão que estão sendo implementados na UC em que atuo?

.....
.....



4. Critérios para avaliar o fomento à participação

A REALIDADE TRADUZIDA EM INDICADORES



Numa perspectiva de continuidade e longo prazo, as ações de comunicação e educação ambiental na unidade de conservação exigem planejamento. Mais do que isso, tornam imperativos o acompanhamento, o registro e a sistematização dos processos, o que requer a capacidade de medir e avaliar os resultados e impactos obtidos. Conforme já enfatizado no caderno 1 desta coleção, tais medidas são fundamentais para embasar as aprendizagens geradas e para o aprimoramento das ações.

Diversos aspectos do planejamento das ações já foram abordados no caderno 1 desta coleção, como a importância e os critérios para o monitoramento e a avaliação das iniciativas. O caderno 2 pretende contribuir na delimitação de indicadores que os gestores e educadores ambientais poderão utilizar para apoiar e avaliar seus processos de intervenção. O foco está na implementação participativa das UCs, em especial em relação ao Plano de Manejo e ao Conselho.

Como ferramentas capazes de ampliar a consistência das intervenções sociais, os indicadores são considerados essenciais. A ENCEA preconiza a estruturação de um “sistema de acompanhamento, controle social e avaliação permanentes das ações de comunicação e educação ambiental em desenvolvimento nos territórios de UCs e entorno que contemple as múltiplas concepções de educação ambiental existentes no país e dar ampla visibilidade às informações”.

Para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que orienta a elaboração das ações do governo federal, “a principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação”¹². Focalizando a atuação dos conselhos de UC, Loureiro e Cunha (2008) lembram que o objetivo de se utilizar indicadores é “garantir a disponibilidade de elementos objetivos que balizem as discussões e o aprimoramento do processo de gestão e de tomada de decisão”.

Há uma profusão de possibilidades para definição de indicadores que

12. A publicação Indicadores de Programa: guia metodológico, do MPOG, está disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf>

possam ser utilizados para verificar em que medida as ações de comunicação e educação ambiental contribuem para a ‘participação dos grupos sociais na gestão das UCs’ e para a formação de ‘consciência ambiental crítica das comunidades’, visando a ‘mudanças de valores e atitudes para a conservação da natureza’. Ter a noção exata da amplitude da mudança pretendida nas ações propostas, bem como dos interesses dos grupos sociais em relação a essa mudança é indispensável para que se possa selecionar a melhor estratégia para lidar com os problemas a serem enfrentados e de que forma a educação ambiental e a comunicação poderão contribuir para garantir a adesão dos grupos sociais a essa estratégia.

Formulação participativa de indicadores

A perspectiva metodológica assumida neste conjunto de cadernos é a de que processos de avaliação e planejamento só se tornam sustentáveis quando são construídos e assumidos pelos sujeitos da ação. Assim, considera-se que compete aos gestores e educadores ambientais, em conjunto com os atores sociais diretamente envolvidos na implementação das ações de comunicação e educação ambiental nas UCs, estabelecerem o escopo e a sistemática a ser adotada em processos de monitoramento e avaliação das ações, projetos e programas de educação ambiental e comunicação. E, obviamente, a definição dos indicadores que serão utilizados para isso.

Não se pode perder de vista que a formulação dos indicadores e de suas metas constitui a base para o controle da concretização da estratégia. Por exemplo, um projeto de educação ambiental que visa fortalecer a cidadania ambiental em uma UC poderá ser acompanhado por meio de:

- **indicadores de processo**, tais como ‘funcionamento dos mecanismos de participação da comunidade do entorno na gestão da UC’ ou ‘quantidade de voluntários que participam de atividades de comunicação e educação ambiental’. Esse tipo de indicadores relaciona-se à análise da eficiência do projeto.
- **indicadores de resultados**, como ‘atuação de multiplicadores de causas ambientais nas comunidades’ ou ‘envolvimento da comunidade do entorno na gestão da UC’. Tais indicadores apoiam a análise de eficácia da ação.
- **indicadores de impacto**, como ‘maior participação dos atores em situação de vulnerabilidade socioambiental no processo de tomada de decisão na gestão da UC’, ‘sentimento de pertencimento da população

com o território’ ou ‘mudanças de valores e atitudes em relação à conservação da biodiversidade’. Indicadores como esses contribuem para a análise da efetividade da estratégia.

Independente da escala de aplicação dos indicadores, torna-se fundamental delimitar claramente os propósitos que motivam as ações e que orientarão todos os processos de formulação, planejamento, implementação, avaliação e sistematização das estratégias. Enfim, tudo depende do que se pretende avaliar na experiência.

Critérios para a construção de indicadores

Considerando a perspectiva de cada projeto construir os seus próprios mecanismos de avaliação em conjunto com os atores sociais relevantes e presentes na localidade, vale salientar alguns critérios utilizados pelo governo federal para a formulação de indicadores, que podem servir como pistas. Algumas características consideradas pelo MPOG na formulação de indicadores são: (1) relevância para a formulação de políticas; (2) simplicidade; (3) representatividade; (4) sensibilidade a mudanças; (5) possibilidade de comparações em nível internacional; (6) abrangência e (7) disponibilidade de valores de referência¹³.

Numa perspectiva da educação ambiental crítica e considerando critérios para avaliar a atuação dos conselhos de UC, Loureiro e Cunha (2008)¹⁴ elencam cinco itens considerados fundamentais, que podem servir como balizadores na formulação de indicadores:

- 1. Legitimidade para tomada decisão**, considerando: (1) capacidade de todos os envolvidos em tomar decisões (condições para participar, acesso a informações e tipo de linguagem utilizada nas reuniões); (2) quantidade e representatividade de entidades participantes; (3) atuação por entidade e/ou indivíduo nas atividades; (4) existência de um contexto favorável à organização e atuação coletiva; (5) autonomia para decidir, aliada à existência de controle social.
- 2. Eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão**: (1) existência de instrumentos de gestão, como Regimento Interno do Conselho e Plano de Manejo, bem como atualidade desses instrumentos e participação da população em sua elaboração; (2) visão estratégica, com superação do “tarefismo” e trabalho em torno de propósitos de longo prazo.
- 3. Desempenho (efetividade) da gestão**: (1) capacidade para coordenar es-

13. As demais propriedades e elementos são importantes e podem ser consultados no guia Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública (BRASIL, MPOG, 2012, p. 18).

14. LOUREIRO, C. F.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, v. XI, n. 2. 237:253, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a03.pdf>>

15. Publicação sobre o Sisuc disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC_se%C3%A7%C3%A3o2.%20Do%20CONTEXTO%20%C3%80%20INTERVEN%C3%87%C3%83O.pdf>

forços de parceiros; (2) disponibilização de informações ao público de interesse; capacidade para traduzir resultados alcançados, atividades planejadas e executadas e emprego dos recursos disponíveis.

4. **Prestação de contas:** definição de responsabilidades e transparência.
5. **Equidade:** (1) existência de normas claras e imparcialidade na sua aplicação; (2) respeito aos direitos e práticas das populações tradicionais e/ou residentes e reconhecimento de injustiças ambientais cometidas contra elas, quando for o caso.

A gestão participativa também recebe destaque na proposta formulada pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que propõe diversos critérios para a formulação de indicadores socioambientais de gestão participativa por meio do Sistema de Indicadores de Unidades de Conservação (SISUC)¹⁵.



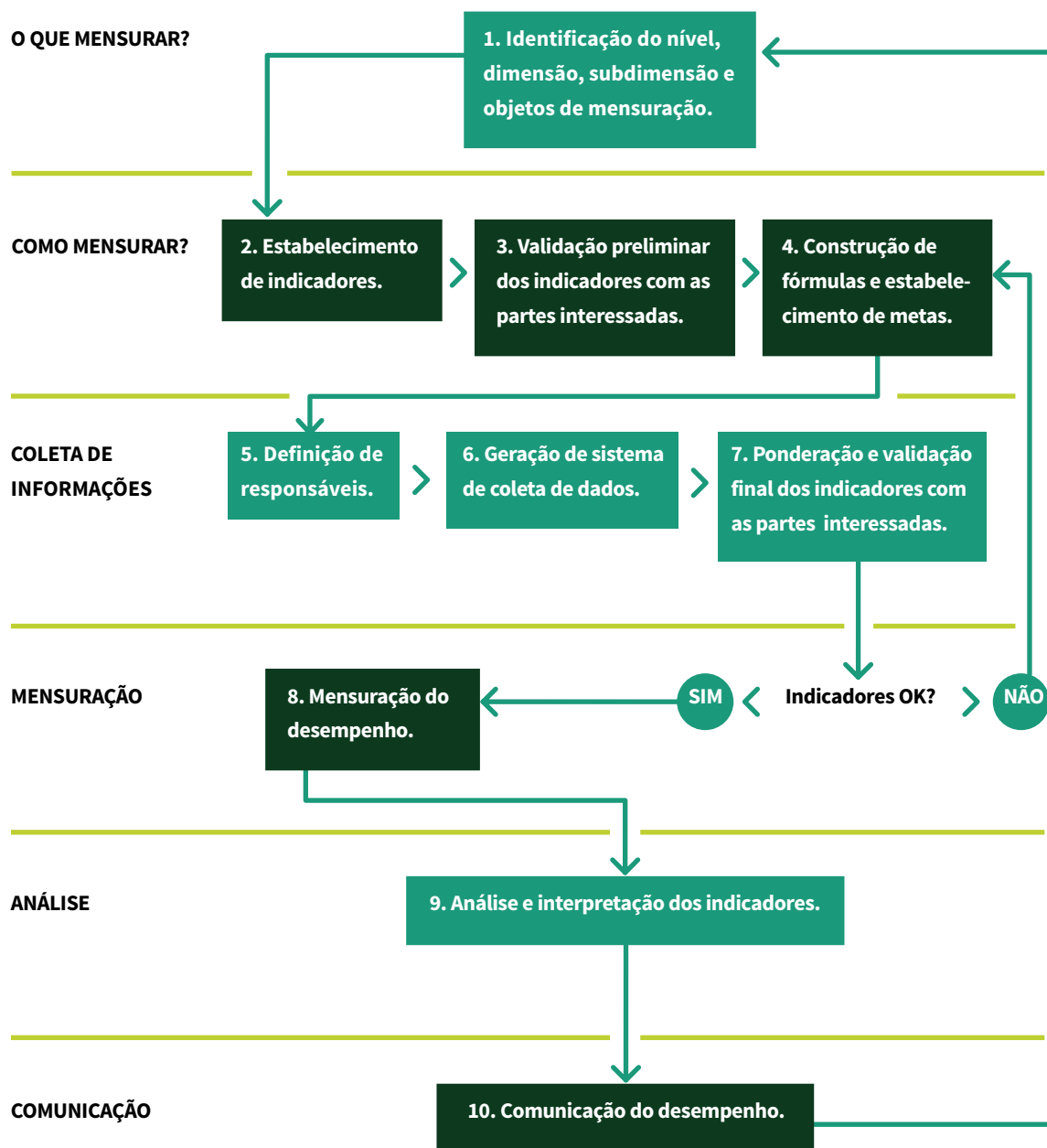
Passos para a construção e validação de indicadores

A partir da noção do papel dos indicadores na avaliação, Martins & Marini (2010) propõem um conjunto de passos para a sua formulação e verificação de desempenho:

- Passo 1 – Identificação do nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração a serem definidos com base nos resultados e impactos pretendidos.
- Passo 2 – Estabelecimento de indicadores, considerando componentes e requisitos básicos, como medida, parâmetros de comparação, metas, simplicidade, confiabilidade, bem como os tipos de indicadores que se pretende obter (eficiência, eficácia e efetividade).
- Passo 3 – Validação preliminar dos indicadores com as partes interessadas, considerada fundamental para obtenção de um conjunto representativo de indicadores e que, ao mesmo tempo, propicie uma visão global do processo, projeto ou programa pretendido.
- Passo 4 – Construção de fórmulas e estabelecimento de metas. A utilização de fórmula permite que o indicador seja inteligível, interpretado uniformemente, compatibilizado com o processo de coleta de dados, facilitando a tomada de decisão. A finalidade de cada meta deve ser enunciada no detalhamento do indicador, revelando o índice do resultado que se espera obter com o desempenho do processo que está sendo medido.

- Passo 5 – Definição de responsáveis pela apuração do indicador, bem como a periodicidade para a coleta de dados.
- Passo 6 – Geração de sistema de coleta de dados, algo que varia conforme o tempo e os recursos disponíveis, assim como o tipo de informação necessária..
- Passo 7 – Ponderação e validação final dos indicadores com as partes interessadas , em que são priorizados os indicadores segundo o seu grau de relevância para o processo, projeto ou programa em questão.
- Passo 8 – Mensuração do desempenho , em que se faz a coleta de dados e o cálculo do indicador, finalizado com a conversão do valor obtido na nota correspondente.
- Passo 9 – Análise e interpretação dos indicadores, de forma a verificar os ganhos e benefícios para a organização alcançados no tempo estabelecido para as ações, utilizando esses parâmetros para monitorar, orientar e induzir o desempenho do processo, projeto ou programa.
- Passo 10 – Comunicação do desempenho por meio de diversos instrumentos, como painel de indicadores, banners com faixas de desempenho, reunião de avaliação da estratégia, relatórios anuais.

Os passos estão organizados conforme o fluxograma a seguir:



Fonte: MARTINS & MARINI, 2010.

A construção de indicadores na perspectiva da ENCEA

No caso da ENCEA, ao assumir a metodologia da educação ambiental crítica, os propósitos estão relacionados à construção do protagonismo social e à melhoria da qualidade de vida, o que se torna possível na medida em que a gestão das UCs incorpore a dimensão da participação social em todos os processos.

Considerando as experiências de educação ambiental e comunicação relatadas pelas UCs federais durante estudo realizado em 2014¹⁶, é possível identificar alguns indicadores relacionados à Diretriz 2 da ENCEA: **Consolidação das formas de participação social**. Os indicadores são: (1) gestão participativa das unidades de conservação; (2) mecanismos de participação de atores sociais envolvidos com a gestão da UC; (3) participação social no processo de gestão da unidade; (4) canais de diálogo entre a UC e os atores sociais envolvidos com a gestão da UC; (5) emergência de novas lideranças em áreas protegidas e entorno; (6) protagonismo juvenil; (7) fortalecimento da cidadania ambiental; (8) relação do público com a UC.

Alguns indicadores de produtos a serem desenvolvidos a partir das ações de educação ambiental e comunicação, visando dar concretude à Diretriz nº 2 da ENCEA, estão expressos na tabela a seguir:

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE PRODUTO
Participação ativa das comunidades e dos grupos sociais na gestão de UC.	Participação social na gestão da UC.
	Gestão de conflitos socioambientais no território da UC.
Atores sociais envolvidos com a gestão da UC desenvolvem ações e atitudes socioambientais.	Pessoas das comunidades residentes e/ou do entorno capacitadas sobre as questões socioambientais.
	Projetos ou iniciativas socioambientais desenvolvidos pelos atores sociais envolvidos na gestão da UC.

16. Estudo realizado pela Solar Consultoria para o Ministério do Meio Ambiente, em 2014, sobre o tratamento que a educação ambiental e a comunicação recebem na gestão das Unidades de Conservação e que deu origem a este conjunto de cadernos.

O conjunto de atividades de comunicação e educação ambiental propostas

ATIVIDADES	INDICADORES DE PROCESSO
Promover Encontro de Educação Ambiental	Temas abordados no evento
Articular rede ou fórum socioambiental no território da UC.	Representação de diferentes públicos nos espaços de articulação.
Participar de eventos socioambientais nas comunidades.	Proporção de eventos socioambientais com presença da UC.
Promover formação dos conselheiros da UC.	Proporção de conselheiros capacitados sobre a gestão participativa.
Promover formação de novas lideranças.	Quantidade de pessoas das comunidades capacitadas em associativismo.
Utilizar os meios de comunicação locais para divulgar os temas da UC.	Quantidade de veiculações de notícias sobre a UC nos meios de comunicação locais.
Produzir materiais de comunicação e educação ambiental sobre os temas da UC.	Quantidade de materiais de comunicação distribuídos aos meios de comunicação.
Utilizar ferramentas virtuais de comunicação na relação com a sociedade.	Regularidade da utilização das ferramentas virtuais de comunicação da UC.
Desenvolver estratégias comunitárias de produção de mídias (rádio, jornal e vídeo) sobre temas ambientais.	Quantidade de pessoas orientadas sobre a educomunicação.

 **Convite à interação**

Dentre os indicadores apresentados, quais se aplicam à avaliação das práticas realizadas na UC?

.....
.....

Que outros indicadores podem ser utilizados nas iniciativas de educação ambiental e comunicação da UC em que atuou?

.....
.....

Na Unidade em que atuou, que mecanismos são utilizados para registrar e monitorar indicadores?

.....
.....

De que forma os indicadores são avaliados na UC em que atuou e como orientam a tomada de decisões?

.....
.....



Referências

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. *Indicadores de programas: guia metodológico*. Brasília: MPOG, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Comunicação, educação ambiental e gestão participativa: implementação de atividades de educomunicação socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil*. Brasília: MMA/ICMBio, [s.d.] Disponível em: <http://www.icm-bio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/gestao_participativa/parna_pau_brasil.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA, 2011.

_____. *Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no Snuc*. Brasília: MMA, 2009.

_____. *Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil*. Brasília: MMA, 2007. (Áreas Protegidas do Brasil, 5). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010110837.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

_____. *PNIA 2012: painel nacional de indicadores ambientais*. Brasília: MMA, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto 4.340. Brasília: PR, ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Lei 9.985. Brasília: PR, jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: mar. 2015.

COMUNIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Lições Aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação*. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Participa%C3%A7%C3%A3o%20Social%20na%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20PM.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo:Hucitec, 2001. Disponível em:<<https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues--o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

DRUMOND, M. A.; GIOVANETTI, L.; GUIMARÃES, A. *Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades de conservação*. Brasília: MMA/GTZ, 2009.

GUIMARÃES, M. *Educação ambiental crítica*. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.

IBASE. *Gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: IBASE/ Instituto Terra Azul, 2006. Disponível em: <www.ibase.org.br> Acesso em março de 2015.

IMAZON. *Conselhos de unidades de conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento*. Disponível em: <<http://imazon.org.br/conselhos-de-unidades-de-con-servacao-guia-sobre-sua-criacao-e-seu-funcionamento/>>. Acesso em: abr. 2015.

FABI, C. et al. *Subsídios para uma ação educativa no contexto da gestão ambiental*. Apresentação em Powerpoint. Brasília: ICMBio, 2015.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. *Ferramentas de diálogo: qualificando o uso das técnicas de DRP diagnóstico rural participativo*. Brasília: MMA/ IEB, 2006.

IBAMA. Diretrizes para a operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental. Série *Meio Ambiente em Debate*, 9. Brasília: Ibama, 1997.

LAYRARGUES, P. P. *Crise ambiental e suas implicações na educação*. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/LayrarguesCri-seAmb.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

_____. *Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais*. Disponível em: <<http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1cidadania.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. *Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil*. In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Ribeirão Preto, set. 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Indicadores: meios para a avaliação de projetos, programas e políticas públicas em educação ambiental. In. FERRARO Jr., L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. v. 3. Brasília: MMA/DEA, 2013.

LOUREIRO, C. F.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 2. 237:253. Campinas, jul-dez, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000200003>. Acesso em: mar. 2015.

MARINELLI, C. E. *De olho nas unidades de conservação: sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira*. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC_se%C3%A7%C3%A3o1.%20Fique%20POR%20DENTRO.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

MARTINS, H. F. ; MARINI, C. *Guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: Publix, 2010. Disponível em: <<http://wwa.tjto.jus.br/coges/index.php/metas-e-indicadores>> Acesso em: mar. 2015.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. (Org.). *Projeto contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional*. Relatório final. Brasília: UNEP/WCMC, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estrutu-ras/240/_arquivos/relatorio_final_contribuio_uc_para_a_economia_na-cional_reduzido_240.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

MENEZES, D. Contribuições da Relação entre Comunicação e Educação Ambiental para a Gestão Participativa. *Biodiversidade Brasileira*, 4 (1): 3-16, 2014.

MUCCIATTO, M.; SANTIN, L. *Ferramentas de gestão participativa para conselhos gestores de unidades de conservação*. Foz do Iguaçu: Parque Nacional do Iguaçu/ICMBio, s.d.

NEIVA, A. *et al. Lições aprendidas sobre participação na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação: comunidade de ensino-aprendizagem em planejamento de unidades de conservação*. Brasília: WWF-Brasil, 2013.

POCHO, C. L. *Avaliação de programas governamentais de educação ambiental: um caso de empresa estatal da área de energia*. Rio de Janeiro, jul. 2011. Tese de doutorado – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa

de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUINTAS, J.S. *Introdução à gestão ambiental pública*. 2. ed. revista. Brasília: Iama, 2006.

_____. *Educação no processo de gestão ambiental pública- a construção do ato pedagógico: crise ambiental ou crise civilizatória?* Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca/educacao-ambiental.html>>. Acesso em: mar. 2015.

_____. *Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/Jose_S_Quintas.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

SANTIN, L. et al. *III curso de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade*. Apresentação em Powerpoint, 2015.

SANTOS, M. A. A experiência vivida na reserva extrativista marinha Baía do Iguape/BA: diálogo de saberes, planejamento, educação e autonomia. *Revista Caminhos de Geografia*. Instituto de Geografia UFU Programa de Pós-graduação em Geografia. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../8914>. Acesso em: abr. 2015.

SILVA, C. E. Proposta de monitoramento integrado da educação ambiental e do ecoturismo em unidades de conservação de Sergipe. *Revista Nordestina de Ecoturismo*. v.3. n.2. Aquidabã (SE), out. 2010.

VALARELLI, L. L. *Indicadores de resultados de projetos sociais*. Disponível em: <http://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/valarelli_indicadores_de_resultados_de_projetos_sociais.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

VIVAQUA, M.; SANTOS, C. R.; VIEIRA, P. F. *Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/13759/10891>>. Acesso em: mar. 2015.

WAYURI, J. L. S. et al. *O desenho institucional do conselho deliberativo da reserva extrativista marinha do Pirajubaé (SC): limites e avanços para uma efetiva gestão democrática*. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st03-trab-aceito-0365-9.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

execução:



realização:



Ministério do
Meio Ambiente

